

CÂMARA DE *VEREADORES DE ESTRELA*

A CASA DO POVO



AIRTON ENGSTER DOS SANTOS

EDITORIA  LUMINA

Copyright ©2026, Airton Engster dos Santos

Capa: Alexsandro Gomes Pereira

Organização: Ana Fonseca e Andrea Barrios

Revisão ortográfica: Gladis Schneider

Revisão de Conteúdo: Alessandra Tutty Santos

Fotografias da casa: Andrea Barrios

Coordenação editorial: Raquel Schmitt-Prym

Projeto gráfico: Alexsandro Gomes Pereira

BESTIÁRIO



EDITORA  LUMINA

Rua Marquês do Pombal, 783/207
Moinhos de Vento | CEP: 90540-001
Porto Alegre - RS

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Elaborado por Ketlen Stueber - CRB 10-2221

S237c Santos, Airton Engster dos

Câmara de Vereadores de Estrela : a casa do povo /
Airton Engster dos Santos. – Porto Alegre : Lumina, 2026.
136 p. ; 14 cm x 21 cm

ISBN 978-65-84260-18-4

1. História. 2. Administração municipal. I. Título.

2026-172

CDD - 981.65

CDU - 352(816.5)

Índice para catálogo sistemático:

1. História do Rio Grande do Sul 981.65
2. Administração municipal 352(816.5)

Airton Engster dos Santos

CÂMARA DE *VEREADORES DE ESTRELA*

A CASA DO POVO

Porto Alegre - 2026

EDITORIA  LUMINA



SUMÁRIO

Vereador Daniel da Silva- Presidente do Legislativo Estrelense ...	11
Carine Schwingel e a Reabertura da Casa do Povo em Estrela.....	15
Dra. Caren Leticia Castro Pereira - Juíza de Direito.....	19
Prefácio	23
Apresentação	25
I - O VEREADOR NO CONTEXTO BRASILEIRO	27
Os Desafios e as Exigências do Vereador ao Longo da História do Brasil	27
O Papel do Vereador no Brasil atual	28
Os Instrumentos de Atuação do Vereador no Município	29
II - A CÂMARA MUNICIPAL DE ESTRELA	31
A Trajetória do Poder Legislativo de Estrela	31
A Câmara Municipal de Estrela: Estrutura e Funcionamento	33
Carta de Serviços da Câmara Municipal de Estrela	33
Título de Cidadão Estrelense: Reconhecimento a quem Ajudou a Construir a História do Município	34
O retorno do Legislativo à sua Sede após as Enchentes	36
III - LEGISLAÇÃO MUNICIPAL E ORGANIZAÇÃO URBANA.....	39
A Lei Orgânica do Município e sua importância em Estrela	39
Código de Posturas Municipais: A Base da Organização e da Convivência em Estrela	40
Plano Diretor: O Caminho para o Desenvolvimento Organizado de Estrela.....	42

IV - OS PRIMEIROS ANOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.....	45
A Instalação do Município de Estrela.....	45
Tristão Gomes da Rosa: Primeiro Presidente da Câmara de Vereadores....	46
Os Primeiros Funcionários Municipais	46
As Primeiras Demandas Administrativas.....	46
O Apoio do Governo Provincial	47
Desenvolvimento Econômico e Desafios	47
Estrutura e Melhorias Locais	47
Reflexão sobre os Primeiros Anos.....	47
V - CONSOLIDAÇÃO ADMINISTRATIVA E SOCIAL	49
Henrique Teodoro Rohenkohl: Presidência da Câmara (1883–1887)	49
Educação: um Desafio Permanente.....	49
Vida Religiosa e Transformações Territoriais	50
Realidade Social e Dados de Teutônia.....	50
A Primeira Sede Própria da Câmara de Vereadores	50
Avanços na Instrução Pública	51
Considerações Sobre o Período	51
VI - TRANSIÇÃO POLÍTICA E REPUBLICANA.....	53
Bento Manuel de Azambuja: Presidência da Câmara (1887–1890).....	53
Luís Paulino de Moraes: Presidência da Junta Provisória (1890)	54
Bento Rodrigues da Rosa: Presidência da Junta Municipal (1890–1891) ...	54
Reflexão Sobre o Período	55
A Bandeira da República Rio-Grandense.....	55
Registro Curioso e Último Ato	56
Joaquim Alves Xavier: Presidência da Junta Municipal (1891)	57
Organização das Primeiras Eleições Republicanas	57
Clima Político e Constituição Estadual.....	58
Júlio May: Presidência do Conselho Municipal (1891–1892).....	58
Análise do Período de Transição Administrativa (1882–1892)	59

VII - LEGISLATURAS DA CÂMARA DE VEREADORES DE ESTRELA.....	61
1ª Legislatura da Câmara de Vereadores de Estrela (1882–1883)	61
2ª Legislatura da Câmara de Vereadores de Estrela (1883–1887)	62
3ª Legislatura da Câmara de Vereadores de Estrela (1887–1890)	63
4ª Legislatura: Conselho Municipal de Estrela (1891–1896)	64
5ª Legislatura da Câmara de Vereadores de Estrela (1896–1900).....	66
6ª Legislatura da Câmara de Vereadores de Estrela (1900–1904)	68
7ª Legislatura da Câmara de Vereadores de Estrela (1904–1908)	70
8ª Legislatura da Câmara de Vereadores de Estrela (1908–1912)	71
9ª Legislatura da Câmara de Vereadores de Estrela (1912–1916)	72
10ª Legislatura da Câmara de Vereadores de Estrela (1916–1920)	73
11ª Legislatura da Câmara de Vereadores de Estrela (1920–1924)	74
12ª Legislatura da Câmara de Vereadores de Estrela (1924–1928)	76
13ª Legislatura da Câmara de Vereadores de Estrela (1928–1930)	77
 VIII - PERÍODO DE CENTRALIZAÇÃO POLÍTICA.....	 79
O Conselho Consultivo em Estrela: Administração sem Eleição (1930–1935)	79
14ª Legislatura da Câmara de Vereadores de Estrela (1936–1937)	81
O Conselho Consultivo de Administração: Centralização do Poder e Limitação da Democracia.....	82
Conclusão: Da Representação à Centralização e o Caminho de Volta à Democracia	84
 IX - RETORNO DA DEMOCRACIA E NOVAS TRANSFORMAÇÕES	 87
15ª Legislatura da Câmara de Vereadores de Estrela: O Retorno da Democracia em Estrela (1947–1951).....	87
16ª Legislatura da Câmara de Vereadores de Estrela (1951–1955)	88
17ª Legislatura da Câmara de Vereadores de Estrela (1956–1959)	90
18ª Legislatura da Câmara de Vereadores de Estrela (1959–1963)	91
Da Redemocratização à Ruptura: Estrela entre 1947 e 1963.....	92

19ª Legislatura da Câmara de Vereadores de Estrela (1963–1969)	94
20ª Legislatura da Câmara de Vereadores de Estrela (1969–1973)	95
21ª Legislatura da Câmara de Vereadores de Estrela (1973–1977)	97
22ª Legislatura da Câmara de Vereadores de Estrela (1977–1983)	98

X - REDEMOCRATIZAÇÃO E EXPANSÃO DO

LEGISLATIVO..... 101

23ª Legislatura da Câmara de Vereadores de Estrela (1983–1988)	101
24ª Legislatura da Câmara de Vereadores de Estrela (1989–1992)	102
25ª Legislatura da Câmara de Vereadores de Estrela (1993–1996)	103
26ª Legislatura da Câmara de Vereadores de Estrela (1997–2000)	105
27ª Legislatura da Câmara de Vereadores de Estrela (2001–2004)	106

XI - MODERNIZAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL..... 109

28ª Legislatura da Câmara de Vereadores de Estrela (2005–2008)	109
Redução do Número de Vereadores em Estrela (2005–2008)	110
O Cronograma da Câmara de Vereadores de Estrela e o Retorno aos 13 Membros.....	111
29ª Legislatura da Câmara de Vereadores de Estrela (2009–2012)	112
30ª Legislatura da Câmara de Vereadores de Estrela (2013–2016)	113
31ª Legislatura da Câmara de Vereadores de Estrela (2017–2020)	114
32ª Legislatura da Câmara de Vereadores de Estrela (2021–2024)	115
33ª Legislatura da Câmara de Vereadores de Estrela (2025–2028)	117

XII GALERIA DOS PRESIDENTES 121

Presidentes do Legislativo no Século XIX	121
Presidentes do Legislativo no Século XX.....	122
Presidentes do Legislativo no Século XXI	124
A composição da Câmara de Vereadores nos 150 anos de Estrela	125
Conclusão	127

Sobre o Autor: Airton Engster dos Santos..... 129

Referências 134



Vereador Daniel da Silva – Presidente do Legislativo Estrelense (2025–2026), conduzindo com responsabilidade, diálogo e compromisso os trabalhos da Casa do Povo.

Vereador

Daniel da Silva

Presidente do Legislativo Estrelense

Celebrar os 150 anos de Estrela é, acima de tudo, re-visitar a trajetória de um povo que construiu sua história com trabalho, coragem e espírito comunitário. Nesse contexto, a Câmara de Vereadores — legitimamente conhecida como *A Casa do Povo* — ocupa lugar central como espaço de representação, diálogo e construção democrática.

Este livro, de autoria de Airton Engster dos Santos, convida o leitor a percorrer o tempo e compreender a evolução do Legislativo estrelense desde sua origem, em 1882. A obra apresenta histórias de dedicação à vida pública, decisões que ajudaram a moldar o município e o compromisso permanente com o bem comum.

Cada período retratado carrega os desafios próprios de sua época, bem como a responsabilidade assumida por aqueles que tiveram a missão de representar a comunidade, evidenciando o papel essencial do Legislativo na construção da história de Estrela.

Ao longo de sua existência, a Câmara de Vereadores de Estrela não esteve imune às dificuldades. Enfrentou momentos de instabilidade política, mudanças estruturais e, recentemente, as

severas enchentes de 2023 e 2024, que deixaram marcas profundas na cidade e em sua gente. Ainda assim, como reflexo da própria comunidade estrelense, o Legislativo soube se reerguer, adaptar-se e seguir cumprindo seu papel com firmeza e responsabilidade.

Esta obra também é um gesto de reconhecimento. Reconhecimento aos vereadores que, ao longo das décadas, contribuíram com seu trabalho para o desenvolvimento de Estrela. Homens e mulheres que, com diferentes ideias e visões, ajudaram a construir consensos, enfrentar desafios e dar voz à população.

Registrar essa história é um ato de valorização institucional e de respeito à memória coletiva. É compreender que o presente se sustenta sobre as bases do passado e que o futuro depende da preservação desses registros. Nesse sentido, a iniciativa de eternizar essa trajetória merece destaque e gratidão.

Que este livro sirva como fonte de informação, mas também como inspiração. Que desperte o interesse pelas instituições públicas, fortaleça o sentimento de pertencimento e reafirme a importância da participação cidadã na construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Estrela celebra seus 150 anos com orgulho de sua história — e a Câmara de Vereadores segue, como sempre esteve sendo a voz, o espaço e o reflexo do seu povo.

Daniel da Silva

Presidente do Legislativo Estrelense



A Prefeita Carine Isabel Schwingel participou da emocionante reabertura da Câmara de Vereadores em 2025. “Após as marcas deixadas pelas cheias do Rio Taquari, ver este espaço renovado é o maior símbolo de que, com trabalho e união, superamos qualquer adversidade. Estrela segue firme no caminho da reconstrução!”

Carine Isabel Schwingel

E a Reabertura da Casa do Povo em Estrela

A reabertura da Câmara de Vereadores de Estrela, em setembro de 2025, marcou um momento muito importante para a história recente do município. Depois de enfrentar as fortes enchentes dos anos de 2023 e 2024, provocadas pelas cheias do Rio Taquari, a cidade começou a dar sinais concretos de recuperação.

O prédio da Câmara foi um dos locais atingidos pelas águas. Durante aquele período difícil, o espaço que representa a democracia e o debate público ficou silencioso, assim como muitas ruas e casas da cidade. Muitas famílias perderam bens, histórias e até mesmo a tranquilidade do dia a dia.

Na cerimônia de reabertura, a prefeita Carine Isabel Schwingel destacou que aquele momento se tratava de um verdadeiro recomeço para toda a comunidade.

Em sua fala, a prefeita lembrou as dificuldades enfrentadas após as enchentes, mas também ressaltou um aspecto fundamental: a união da população. Segundo ela, foi a solidariedade entre as pessoas que ajudou Estrela a superar um dos períodos mais difíceis de sua história. Vizinhos ajudaram vizinhos, servidores públicos foram além de suas funções e muitas pessoas se mobilizaram para reconstruir a cidade.

A reabertura da Câmara simboliza, portanto, o retorno das atividades democráticas, nas quais os vereadores voltam a discutir ideias, elaborar leis e tomar decisões importantes para o futuro do município.

A prefeita também destacou que a reconstrução ainda não terminou. Muitas famílias seguem precisando de apoio, e diversos espaços continuam em processo de recuperação. Mesmo assim, ela reforçou que cada avanço representa uma conquista significativa para todos.

Ao final de sua mensagem, ficou um sentimento de esperança. A cidade de Estrela demonstrou sua força diante das dificuldades e segue em frente, aprendendo com o passado e construindo um novo futuro.

Retomando palavras já destacadas em sua posse, Carine Isabel Schwingel reforçou a importância da união entre todos os setores da sociedade para a reconstrução do município, especialmente a parceria entre o Poder Legislativo e o Poder Executivo. Segundo ela, somente com diálogo, respeito e trabalho conjunto será possível reconstruir Estrela de forma sólida e duradoura.

Assim, a reabertura da Câmara de Vereadores se consolida como um marco histórico, pelo seu profundo significado de resistência, união e compromisso com o povo, ao longo dos 150 anos de história de Estrela.



Dra. Caren Leticia Castro Pereira

Juíza de Direito

Na oportunidade em que Estrela comemora o sesquicentenário de fundação, honra-me a oportunidade de deixar o registro de minha admiração e agradecimento à comunidade estrelense, que tão bem acolheu a mim e à minha família há mais de uma década. Durante esse período, pude testemunhar a força e valor das pessoas que integram a comunidade, em especial pela capacidade do trabalho, diversidade cultural e o forte espírito comunitário.

O sesquicentenário é um marco significativo que merece ser celebrado com memória e olhar para o futuro, a partir das adver-

sidades vivenciadas nos últimos anos, que impactaram significativamente aos mais diversos segmentos da sociedade. Dentre os principais desafios enfrentados, cito a pandemia do COVID-19 e a cheia histórica de maio de 2024.

O Poder Judiciário de Estrela, assim como toda a estrutura do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, buscou alternativas para melhor servir ao jurisdicionado e retribuir a confiança depositada. Com a COVID-19 e a proibição do contato físico se percebeu a necessidade de avançar no mundo digital, migrando dos autos físicos e atos presenciais para o processo eletrônico e audiências virtuais. Ao mesmo tempo, para dar vazão à demanda, o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul acolheu nosso pleito e instalou mais uma unidade jurisdicional na Comarca, em janeiro de 2022, passando-se de duas Varas Judiciais para três unidades, com especialização de matérias, sendo duas cíveis e uma criminal.

Ademais, não há como fazer uma avaliação dos últimos anos e não mencionar as enchentes, as grandes cheias do Rio Taquari que dizimaram nossa comunidade, dada a grandiosidade do evento, o qual não gostamos de lembrar, pela dimensão da catástrofe e dor causada, e, ao mesmo tempo, não podemos esquecer, para podermos avançar em termos de ocupação, reorganização dos espaços de forma consciente e responsável.

O Fórum da Comarca de Estrela, sede da Justiça Estadual, situado na Rua XV de Novembro, número 5, sofreu alagamento de suas estruturas - em setembro, novembro de 2023 e maio de 2024 -ficou devastado nesta última, tendo a enchente atingido o segundo pavimento, o que definiu a mudança de parte dos serviços, 1ª e 2ª Varas Cíveis, para o prédio da Justiça do Trabalho, situada na Rua Pinheiro Machado, 285, através de convênio inédito celebrado entre TRT4 e TJRS, situação que se mantém até hoje, enquanto se aguarda a edificação de prédio próprio.

Retornando ao sesquicentenário e às comemorações, precisa ser pontuado que, ao primeiro contato com a Comunidade,

chamou a atenção a forma peculiar e tradicional de celebração do aniversário da cidade, a Festa do Chucrute, o desfile temático, as danças típicas e os jogos germânicos. Em relação aos jogos, até maio de 2019 utilizavam-se animais nas disputas - porcos, javalis e galinhas-, quando, proferi uma decisão liminar, em uma Ação Civil Pública, posteriormente confirmada pelo Tribunal de Justiça, no sentido de não mais permitir a realização do evento envolvendo animais. Atualmente os jogos germânicos perduram, o que demonstra a possibilidade de adaptação e coexistência da celebração da cultura, respeitando os demais direitos tutelados.

Por fim, celebrar os 150 anos de Estrela é um ato de reconhecimento a todas as gerações antepassadas que construíram a cidade e as atuais que incessantemente buscam o aprimoramento, renovando o compromisso com o futuro próspero e a capacidade de continuar evoluindo.

Parabéns, Estrela!

Caren Leticia Castro Pereira

Juíza de Direito

Prefácio

Celebrar a história de uma cidade é valorizar as pessoas que ajudaram a construí-la. Ao longo de seus 150 anos, Estrela formou uma trajetória marcada pelo trabalho, pela dedicação e pela participação de sua comunidade.

A Câmara de Vereadores tem um papel fundamental nessa história. Conhecida como a “Casa do Povo”, ela é o lugar onde são debatidas ideias, criadas leis e tomadas decisões importantes para o dia a dia da população. É ali que a voz dos cidadãos é representada.

O livro *Câmara de Vereadores de Estrela – A Casa do Povo*, escrito por Airton Engster dos Santos, apresenta essa caminhada de forma clara e acessível. Ao longo das páginas, o autor resgata momentos importantes, nomes que fizeram parte dessa trajetória e fatos que ajudam a entender como o Legislativo contribuiu para o desenvolvimento do município.

Esta obra ganha ainda mais importância por fazer parte das comemorações dos 150 anos de Estrela. O projeto conta com o apoio do presidente do Legislativo, Daniel da Silva, reforçando o compromisso com a preservação da história e da memória da cidade.

Ao ler este livro, o leitor poderá conhecer melhor o funcionamento da Câmara e a importância do trabalho dos vereadores ao longo do tempo. Mais do que isso, entenderá que

a história do Legislativo está diretamente ligada à história do povo de Estrela.

Que esta obra sirva como aprendizado e também como inspiração, mostrando que a participação de cada cidadão é essencial para construir uma cidade cada vez melhor.

Alessandra Tutty Santos

Teóloga e Relações Públicas

Apresentação

A obra *Câmara de Vereadores de Estrela – A Casa do Povo* nasce como um tributo à história, à resistência e ao compromisso público que marcam a trajetória do Legislativo estrelense. Publicado por ocasião das comemorações dos 150 anos de Estrela, este livro resgata memórias, valoriza personagens e evidencia o papel essencial da Câmara de Vereadores na construção e no desenvolvimento do município.

Desde sua instalação em 1882, o Legislativo de Estrela percorreu um caminho marcado por desafios, transformações e conquistas. Ao longo de mais de um século, enfrentou períodos de instabilidade política, mudanças institucionais e, mais recentemente, as devastadoras enchentes, que atingiram profundamente a comunidade. Ainda assim, manteve-se firme, superando cada adversidade com resiliência, reafirmando seu compromisso com a população e consolidando-se como um verdadeiro pilar da democracia local.

Este livro também é um reconhecimento àqueles que, ao longo das legislaturas, dedicaram seu tempo e seu trabalho ao bem comum. Aos vereadores, de ontem e de hoje, fica o nosso respeito e gratidão pelos serviços prestados, pela escuta atenta às demandas da comunidade e pela construção permanente de uma cidade mais justa e desenvolvida.

De forma especial, registramos nosso agradecimento ao presidente Daniel da Silva, que acreditou neste projeto e tornou possível a concretização desta obra. Sua sensibilidade em valorizar a história institucional demonstra o entendimento de que conhecer o passado é fundamental para fortalecer o presente e projetar o futuro.

Mais do que um registro histórico, *Câmara de Vereadores de Estrela – A Casa do Povo* é uma celebração da identidade estrelense, da força de sua gente e da importância das instituições democráticas. Que esta obra inspire as atuais e futuras gerações a preservar, respeitar e continuar escrevendo a história da Câmara de Vereadores de Estrela com responsabilidade, ética e compromisso com o bem coletivo.

Airton Engster dos Santos

Escritor e Pesquisador da História Local

CAPÍTULO I

**O VEREADOR NO
CONTEXTO BRASILEIRO****Os Desafios e as Exigências do Vereador ao Longo da História do Brasil**

Ao longo da história do Brasil, o papel dos vereadores passou por profundas transformações. Essas mudanças acompanharam a evolução política do país e influenciaram diretamente a forma como os representantes municipais atuam até os dias atuais. Em todas as épocas, porém, permaneceu a missão central: representar a população e buscar soluções para os problemas da comunidade.

No período do Império (1822–1889), as Câmaras Municipais exerciam funções administrativas relevantes, mas com pouca autonomia, já que o poder estava concentrado no governo central. Os vereadores enfrentavam limitações significativas, muitas vezes apenas executando decisões impostas pelas instâncias superiores. Além disso, a participação política era restrita às elites locais.

Com a Proclamação da República, em 1889, os municípios conquistaram maior autonomia. No entanto, durante a chamada República Velha, a política local era fortemente influenciada pelos “coronéis”, que controlavam o voto e as decisões políticas. Nesse contexto, o desafio dos vereadores era equilibrar os interesses da população com as pressões dos grupos dominantes.

Durante a Era Vargas, especialmente no Estado Novo (1937–1945), houve forte centralização do poder, e muitas Câmaras Municipais foram fechadas. A atuação legislativa local foi reduzida, limitando a participação política.



Situação semelhante ocorreu no regime militar (1964–1985), quando, apesar da manutenção das Câmaras, havia restrições à liberdade política. Os vereadores precisavam agir com cautela diante da vigilância e das limitações impostas pelo governo.

A Constituição Federal de 1988 representou um marco na redemocratização do país. A partir dela, os municípios ganharam mais autonomia e os vereadores passaram a exercer suas funções com maior responsabilidade, especialmente no que diz respeito à fiscalização, à transparência e ao compromisso com a população.

Atualmente, os desafios continuam em um cenário mais dinâmico e exigente. A sociedade está mais informada e participativa, o que aumenta a cobrança sobre os representantes públicos. Assim, o vereador moderno precisa estar preparado, bem informado e próximo da comunidade.

Dessa forma, a história demonstra que, apesar das dificuldades de cada período, a essência do cargo permanece: servir à população e contribuir para uma sociedade melhor.

O Papel do Vereador no Brasil atual

O vereador é o representante mais próximo da população dentro da estrutura política. Atuando no Poder Legislativo municipal, ele tem como principal missão trabalhar em favor da comunidade, contribuindo para o desenvolvimento do município.

Sua principal atribuição é a função legislativa, que consiste na elaboração, análise e votação de leis voltadas ao interesse local. Essas leis tratam diretamente do cotidiano da população, abrangendo áreas como saúde, educação, infraestrutura e organização urbana.

Outra função essencial é a fiscalização do Poder Executivo. O vereador deve acompanhar a aplicação dos recursos públicos, solicitar informações, analisar documentos e cobrar transparência na administração municipal. Esse papel é fundamental para garantir o uso responsável do dinheiro público.

Além disso, o vereador exerce a função de representação, atuando como elo entre a população e o poder público. Ele ouve as demandas da comunidade, visita bairros e encaminha sugestões e necessidades ao Executivo por meio de indicações e pedidos de providências.

Também participa da elaboração do orçamento municipal, contribuindo para a definição das prioridades de investimento. Em determinadas situações, exerce ainda função julgadora, como na análise das contas do prefeito.

É importante destacar que o vereador não executa obras ou serviços — essa é atribuição do Executivo. Seu papel é propor, acompanhar e fiscalizar.

Assim, o vereador é peça fundamental para o funcionamento da democracia, sendo a voz da população dentro do governo municipal.

Os Instrumentos de Atuação do Vereador no Município

Para exercer suas funções com eficiência, o vereador dispõe de diversos instrumentos legais e administrativos que orientam sua atuação.

A base desse sistema é a Lei Orgânica do Município, que estabelece a organização política e administrativa local. Ao seu lado, o Código de Posturas disciplina normas de convivência urbana.

Outro instrumento fundamental é o Plano Diretor, responsável por orientar o desenvolvimento urbano e o uso do solo, garantindo crescimento organizado e sustentável.

Na área financeira, destacam-se as leis orçamentárias:

- » Plano Plurianual (PPA)
- » Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)
- » Lei Orçamentária Anual (LOA)

Esses instrumentos definem metas, prioridades e a aplicação dos recursos públicos, sendo essenciais para o planejamento municipal.



O Regimento Interno da Câmara organiza o funcionamento do Legislativo, disciplinando sessões, debates, votações e procedimentos.

As comissões parlamentares permitem análise mais detalhada dos projetos e reforçam a função fiscalizadora, especialmente por meio de investigações e estudos técnicos.

O vereador também utiliza mecanismos como:

- » pedidos de informação
- » requerimentos
- » convocações de autoridades
- » audiências públicas

Além disso, conta com o apoio dos Tribunais de Contas na análise das contas públicas.

Existem ainda legislações e planos setoriais, como os de educação, mobilidade e saneamento, que exigem acompanhamento constante.

Dessa forma, o mandato do vereador se apoia em uma estrutura sólida de instrumentos que garantem uma atuação responsável e eficiente.

CAPÍTULO II

A CÂMARA MUNICIPAL DE ESTRELA

A Trajetória do Poder Legislativo de Estrela

Durante muitos anos, o Poder Legislativo de Estrela não teve sede própria. Por quase um século, a Câmara de Vereadores funcionou junto ao Poder Executivo, dividindo espaço nas dependências da antiga Intendência e, posteriormente, da Prefeitura Municipal. Esse cenário refletia uma realidade comum em diversos municípios brasileiros, onde a estrutura administrativa ainda estava em formação.

Com o passar do tempo, o crescimento da cidade e das atividades administrativas tornou o espaço da Prefeitura insuficiente. O Executivo, muitas vezes, ocupava as salas utilizadas pela Câmara, dificultando o funcionamento adequado do Legislativo.

Após 95 anos funcionando junto à Prefeitura, a Câmara de Vereadores iniciou a busca por um espaço próprio. Em 5 de março de 1980, realizou sua primeira sessão fora do prédio municipal, no antigo prédio do Banco da Província, posteriormente Banrisul, localizado na Rua Coronel Flores.

Em 1986, a Câmara transferiu-se para o prédio onde funcionava a antiga Rádio Alto Taquari, na Rua Fernando Abbott, permanecendo ali até abril de 1994. Nesse período, passou a ocupar um espaço alugado na Rua Arnaldo José Diel, o que representou mais uma etapa importante em sua trajetória de busca por melhores condições de funcionamento.

A conquista da sede própria, no entanto, continuou sendo um objetivo permanente até que, em 2007, sob a presidência



de Paulo Floriano Scheeren, com a participação dos demais vereadores e autoridades, foi inaugurado o prédio próprio do Legislativo, localizado na Rua Dr. Tostes, 51, consolidando um importante marco na história da Câmara Municipal.

Para compreender melhor a evolução do Poder Legislativo, é importante olhar também para sua história no Brasil. Durante o período do Império, a partir da lei de 1º de outubro de 1828 — data que originou o Dia do Município —, as Câmaras Municipais exerciam tanto funções legislativas quanto algumas atribuições executivas, já que não existiam prefeitos. Com a Proclamação da República, o Legislativo passou a ser chamado de Conselho Municipal, com funções mais limitadas.

Em 1936, durante o governo de Getúlio Vargas, foi retomada a denominação de Câmara de Vereadores. Porém, no ano seguinte, com o início do Estado Novo, a população perdeu o direito de eleger seus representantes. Somente em 1947, com a redemocratização do país, a vereança foi restaurada e o povo voltou a escolher seus representantes por meio do voto.

Por fim, cabe destacar o conceito de legislatura, que corresponde ao período em que os vereadores eleitos exercem seus mandatos. Em regimes democráticos, essas legislaturas são reconhecidas como legítimas expressões da vontade popular. Já os períodos em que o Legislativo foi composto por membros nomeados, como juntas ou conselhos consultivos, não são considerados legislaturas, pois não resultaram da escolha direta do povo.

A história da Câmara de Vereadores de Estrela é, portanto, marcada por desafios, mudanças e avanços, refletindo a própria evolução da democracia no Brasil e o esforço contínuo por garantir um espaço adequado e representativo para a voz da população.

A Câmara Municipal de Estrela: Estrutura e Funcionamento

A Câmara Municipal de Estrela é o órgão responsável pelo Poder Legislativo no município e atualmente é composta por 13 vereadores, eleitos para mandatos de quatro anos.

Desde 2007, possui sede própria localizada na Rua Doutor Tostes, nº 51, oferecendo estrutura adequada para o desenvolvimento das atividades legislativas e atendimento à população.

Sua principal função é legislar sobre assuntos de interesse local, além de exercer a fiscalização das ações do Poder Executivo, assegurando a correta aplicação dos recursos públicos.

A Câmara também possui autonomia administrativa, podendo organizar sua estrutura interna, eleger sua Mesa Diretora e elaborar seu Regimento Interno.

Entre suas competências estão:

- » análise e votação de leis
- » apreciação do orçamento municipal
- » acompanhamento das contas públicas
- » regulamentação de serviços e políticas públicas

As sessões são públicas e ocorrem semanalmente, às segundas-feiras, às 18h30min, no Plenário Bento Rodrigues da Rosa, garantindo transparência e participação popular.

O funcionamento administrativo ocorre em horário regular durante a semana, assegurando atendimento à comunidade.

Assim, a Câmara Municipal de Estrela desempenha papel essencial na vida democrática do município, atuando com responsabilidade e compromisso com a população.

Carta de Serviços da Câmara Municipal de Estrela

A Carta de Serviços da Câmara Municipal de Estrela tem como objetivo informar a população sobre os serviços oferecidos, os canais de atendimento e as formas de participação cidadã.



Por meio dela, o cidadão pode compreender melhor o funcionamento do Legislativo e acompanhar suas atividades.

Entre os principais serviços, destacam-se:

- » atendimento ao público
- » ouvidoria (recebimento de sugestões, reclamações e denúncias)
- » Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC)
- » acesso a documentos e informações públicas
- » acompanhamento de projetos e sessões

O portal oficial da Câmara disponibiliza:

- » leis municipais
- » pautas e atas
- » votações
- » transmissões das sessões

As sessões legislativas são abertas ao público, fortalecendo a transparência e a participação popular.

Além disso, a Câmara oferece emissão de documentos e certidões, com prazos definidos para atendimento.

Dessa forma, a Carta de Serviços reforça o compromisso com a transparência, a eficiência e o respeito ao cidadão, aproximando o Poder Legislativo da comunidade.

Título de Cidadão Estrelense: Reconhecimento a quem Ajudou a Construir a História do Município

Ao longo de sua história, o município de Estrela contou com a contribuição de muitas pessoas que, mesmo não tendo nascido na cidade, escolheram esse lugar para viver, trabalhar e construir suas trajetórias. Para reconhecer esses cidadãos que ajudaram no desenvolvimento local, a Câmara de Vereadores instituiu o Título de Cidadão Estrelense.

Essa homenagem é concedida a personalidades que nasceram em outros municípios ou estados, mas que, com dedicação e

compromisso, passaram a fazer parte da história de Estrela. São pessoas que contribuíram de forma significativa nas mais diversas áreas, como educação, saúde, cultura, economia, serviço público e ações comunitárias.

O Título de Cidadão Estrelense expressa o sentimento de gratidão da comunidade para com aqueles que adotaram Estrela como sua terra de coração. Ao receber essa distinção, o homenageado passa a ser reconhecido oficialmente como um verdadeiro filho do município, alguém que ajudou a construir seu presente e a projetar seu futuro.

A escolha dos nomes é feita pelos vereadores, que analisam as trajetórias e as contribuições de cada indicado. Após a aprovação, geralmente por consenso, a homenagem é entregue em sessão solene, momento em que familiares, autoridades e membros da comunidade se reúnem para celebrar a história de vida do homenageado.

Ao longo dos anos, muitos cidadãos receberam esse título, cada um com sua história marcada pelo trabalho, pela dedicação e pelo amor a Estrela. Essas trajetórias ajudam a mostrar que o desenvolvimento de um município não depende apenas daqueles que nele nasceram, mas também daqueles que o escolhem como lar e se comprometem com o seu crescimento.

Assim, o Título de Cidadão Estrelense reforça um valor importante: o de que pertencimento vai além da origem. Ele se constrói no dia a dia, por meio de atitudes, participação e compromisso com a comunidade. Ao reconhecer essas pessoas, Estrela reafirma sua identidade acolhedora e valoriza todos aqueles que contribuem para tornar o município um lugar melhor para se viver.



O retorno do Legislativo à sua Sede após as Enchentes

Em setembro de 2025, após um período marcado por dificuldades e adaptações, a Câmara de Vereadores de Estrela retomou suas atividades no plenário da Rua Doutor Tostes, restabelecendo um importante espaço de participação democrática para a comunidade. Esse retorno ocorreu depois de quase dois anos em que o Legislativo precisou funcionar em locais provisórios, em razão dos danos causados pelas enchentes de 2023 e 2024.

As cheias atingiram de forma significativa o prédio que abriga o Legislativo desde 2007, causando prejuízos que ultrapassaram R\$ 800 mil. Diante da situação, as sessões foram transferidas inicialmente para o formato virtual, garantindo a continuidade dos trabalhos legislativos, mesmo sem a presença do público. Posteriormente, os encontros passaram a ocorrer de forma provisória no auditório do Centro Empresarial de Inovação, Tecnologia e Qualificação (Ceiteq), onde as atividades seguiram com limitações de espaço.

Apesar dos desafios, a Câmara manteve seu funcionamento e priorizou ações voltadas à comunidade. Parte dos recursos disponíveis foi destinada ao atendimento de famílias atingidas pelas enchentes, demonstrando o compromisso social do Le-

gislativo em um momento de crise. Somente após esse período emergencial é que foram iniciadas as reformas na sede.

Conforma informou o presidente Daniel da Silva, as obras incluíram melhorias estruturais importantes, como a colocação de piso de porcelanato, a substituição de portas de madeira por materiais mais resistentes, como vidro e metal, além da revisão completa da rede elétrica. Também foram realizados investimentos no segundo andar do prédio, que não havia sido atingido pelas águas, garantindo melhores condições de trabalho para o setor administrativo.

Com a conclusão das reformas, o plenário voltou a receber vereadores e público, marcando um momento simbólico de reconstrução. A retomada das sessões presenciais representou o fortalecimento da democracia local, permitindo novamente a participação direta da população nos debates e decisões.

Assim, o retorno à sede consolidou um novo capítulo na história do Legislativo estrelense, com superação das adversidades e reafirmando o compromisso com a transparência, o diálogo e o bem comum. A reforma iniciou na gestão de Ernani Luís de Castro na presidência e foi concluída pelo sucessor, Daniel da Silva, com recursos do próprio Legislativo e da Defesa Civil.

CAPÍTULO III

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL E ORGANIZAÇÃO URBANA

A Lei Orgânica do Município e sua importância em Estrela

A Lei Orgânica de um município pode ser comparada a uma espécie de “constituição municipal”. É ela que organiza o funcionamento da cidade, definindo como atuam os Poderes Executivo e Legislativo, quais são os direitos e deveres dos cidadãos e quais são as regras básicas da administração pública local. Em outras palavras, a Lei Orgânica estabelece como o município deve ser governado.

Cada município brasileiro possui sua própria Lei Orgânica, elaborada pelos vereadores e aprovada pela Câmara Municipal. Ela precisa respeitar a Constituição Federal, mas também leva em conta as características, necessidades e a realidade de cada cidade.

No município de Estrela, a construção da Lei Orgânica acompanha a própria evolução histórica e política da comunidade. A primeira Lei Orgânica foi promulgada em 1891, após aprovação do Conselho Municipal, que autorizou sua impressão para que passasse a orientar os trabalhos administrativos. No ano seguinte, em 1892, essa lei foi oficialmente promulgada pelo intendente Joaquim Ales Xavier, logo após assumir o cargo. Esse momento marcou a organização inicial do município, estabelecendo regras fundamentais para sua administração.

Com o passar do tempo, essa primeira Lei Orgânica precisou ser atualizada para acompanhar as mudanças da sociedade. Por isso, foram realizadas modificações nos anos de 1901, 1903, 1917 e 1924, demonstrando que a legislação municipal é um instrumento vivo, que deve se adaptar às novas realidades.



Entre as mais importantes atribuições da Câmara de Vereadores em 1937 destacou-se a elaboração, discussão e aprovação da segunda Lei Orgânica do Município, documento fundamental para a organização administrativa e política de Estrela.

Já em 12 de fevereiro de 1948, foi promulgada a terceira Lei Orgânica de Estrela. Esse novo texto refletia um período diferente da história do Brasil, trazendo atualizações importantes para a organização do município e seu funcionamento administrativo.

Anos depois, em 18 de dezembro de 1968, foi promulgada a quarta Lei Orgânica. Esse período estava inserido em um contexto nacional mais rígido, durante o regime militar, o que também influenciou a forma de organização dos municípios e suas leis.

Com o processo de redemocratização do Brasil, especialmente após a Constituição Federal de 1988, os municípios ganharam mais autonomia. Nesse cenário, Estrela promulgou sua quinta Lei Orgânica em 4 de abril de 1990, que permanece como a base da organização municipal até os dias atuais. Esse documento reforça a participação popular, a transparência e os princípios democráticos na administração pública.

Assim, a história da Lei Orgânica de Estrela mostra como o município foi se transformando ao longo do tempo, acompanhando as mudanças políticas e sociais do país. A Lei Orgânica representa a identidade administrativa da cidade e o compromisso com uma gestão organizada, justa e voltada ao bem comum.

Código de Posturas Municipais: A Base da Organização e da Convivência em Estrela

O Código de Posturas Municipais é um dos instrumentos mais importantes para a organização da vida em comunidade. Ele reúne um conjunto de normas que orientam o comportamento dos cidadãos e regulam o uso dos espaços públicos, buscando garantir a convivência harmoniosa, a segurança, a higiene e o bem-estar coletivo. Em outras palavras, o Código de Postu-

ras estabelece regras do dia a dia que ajudam a cidade a funcionar de forma ordenada.

No município de Estrela, a preocupação com a organização urbana e social é antiga. O primeiro Código de Posturas foi aprovado pela Lei nº 1367, em 9 de maio de 1882, ainda no período imperial, pelo então presidente da Província do Rio Grande do Sul, Dr. José de Godoy Vasconcelos. Em seu Artigo 1º, o documento já demonstrava sua importância ao declarar aprovado o Código de Posturas da Câmara Municipal da então Villa de Santo Antônio da Estrella, contendo 97 artigos. Esse conjunto de normas refletia a necessidade de disciplinar aspectos fundamentais da vida urbana em uma comunidade que começava a se estruturar.

Com o passar do tempo e o crescimento da cidade, tornou-se necessário atualizar essas regras para acompanhar as transformações sociais, econômicas e urbanas. Assim, novos Códigos de Posturas foram sendo aprovados ao longo da história de Estrela. Em 31 de dezembro de 1951, por meio da Lei Municipal nº 239, a Câmara de Vereadores aprovou um novo código, sob a presidência de Alberto Schmitz, sendo sancionado pelo prefeito Oscar Leopoldo Kasper. Essa atualização buscou adequar a legislação às novas demandas de uma cidade em desenvolvimento.

Posteriormente, em 18 de dezembro de 1968, a Lei Municipal nº 923 instituiu outro Código de Posturas, aprovado pela Câmara sob a presidência de José de Freitas Bello e sancionado pelo prefeito Adão Henrique Fett. Já em 1º de março de 1994, a Lei Municipal nº 2638 trouxe uma nova revisão, com aprovação do Legislativo presidido por Pedro Antônio Barth e sanção do prefeito Günther Ricardo Wagner. Cada uma dessas atualizações demonstra a preocupação do poder público em manter a legislação alinhada com as necessidades da população. Importante: o Código de Posturas de 1994 (Lei nº 2.638) continua sendo a base histórica, mas foi atualizado por leis posteriores, culminando com a Lei nº 7.527 de 14 de dezembro de 2021.



A importância do Código de Posturas Municipais está diretamente ligada à qualidade de vida da comunidade. Ele regula, por exemplo, questões como limpeza de terrenos, funcionamento de estabelecimentos, uso adequado das vias públicas, controle de ruídos, conservação de espaços e respeito ao sossego público. Ao estabelecer limites e deveres, o código contribui para evitar conflitos entre os cidadãos e promover um ambiente mais organizado e saudável.

Além disso, o Código de Posturas também tem um papel educativo. Ao definir regras claras, ele orienta a população sobre seus direitos e deveres, incentivando atitudes de respeito ao próximo e ao espaço coletivo. Dessa forma, não se trata apenas de um conjunto de leis, mas de um instrumento que ajuda a formar uma consciência cidadã.

Portanto, ao longo de sua história, Estrela demonstrou, por meio de seus diversos Códigos de Posturas, um compromisso contínuo com a organização urbana e o bem-estar de sua população. Essas leis representam mais do que normas: são a base para uma convivência harmoniosa, onde o respeito, a ordem e o cuidado com a cidade são responsabilidades de todos.

Plano Diretor: O Caminho para o Desenvolvimento Organizado de Estrela

O Plano Diretor é uma das leis mais importantes para o desenvolvimento de um município. Ele funciona como um guia que orienta o crescimento da cidade, definindo regras para o uso do solo, a expansão urbana e a organização dos espaços públicos e privados. Em Estrela, esse instrumento foi instituído pela Lei Municipal nº 4.314, de 10 de outubro de 2006, que criou o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município.

A principal função do Plano Diretor é planejar o futuro da cidade de forma organizada e sustentável. Ele estabelece diretrizes para áreas como habitação, mobilidade urbana, meio ambiente, infraestrutura e desenvolvimento econômico. Dessa forma, bus-

ca garantir que o crescimento urbano aconteça com qualidade, evitando problemas como ocupações irregulares, falta de serviços básicos e desorganização dos espaços urbanos.

Um dos pontos mais importantes do Plano Diretor é o ordenamento territorial. Isso significa definir como cada área da cidade pode ser utilizada, indicando, por exemplo, onde podem ser construídas residências, comércios ou indústrias. Esse planejamento é fundamental para evitar conflitos entre diferentes atividades e para promover uma convivência equilibrada entre os diversos setores da sociedade.

Além disso, o Plano Diretor também tem um papel essencial na preservação ambiental. Ele estabelece normas que ajudam a proteger áreas verdes, rios e recursos naturais, contribuindo para a qualidade de vida da população e para a sustentabilidade do município. Ao mesmo tempo, incentiva o desenvolvimento econômico de forma responsável, buscando equilibrar progresso e preservação.

Outro aspecto relevante é a participação da comunidade na elaboração e revisão do Plano Diretor. A lei prevê que a população tenha voz nas decisões sobre o futuro da cidade, por meio de audiências públicas e debates. Isso fortalece a democracia e garante que o planejamento urbano esteja de acordo com as necessidades reais dos cidadãos.

Nesse contexto, a Câmara de Vereadores desempenha um papel fundamental. Cabe ao Poder Legislativo analisar, discutir, propor emendas e aprovar o Plano Diretor, transformando-o em lei. Os vereadores representam a população e têm a responsabilidade de garantir que o conteúdo do Plano esteja alinhado com os interesses coletivos e com o desenvolvimento equilibrado do município.

Além da aprovação, a Câmara também exerce a função de fiscalização. Os vereadores acompanham a aplicação das diretrizes do Plano Diretor, verificando se o Poder Executivo está cumprindo o que foi estabelecido na legislação. Também po-



dem propor alterações e atualizações, sempre que necessário, para que o Plano continue atendendo às demandas da cidade ao longo do tempo.

O Plano Diretor também orienta o poder público na realização de obras e investimentos. A partir de suas diretrizes, a administração municipal pode planejar melhor a construção de escolas, unidades de saúde, vias públicas e outros serviços essenciais. Nesse processo, a Câmara de Vereadores atua analisando projetos, aprovando recursos e acompanhando a execução das políticas públicas.

Portanto, o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Estrela é uma ferramenta fundamental para garantir uma cidade mais organizada, justa e sustentável. Sua efetividade depende não apenas de sua elaboração, mas também da atuação conjunta entre o Poder Executivo, a Câmara de Vereadores e a participação ativa da comunidade. Assim, ele projeta o futuro, assegurando que o crescimento do município ocorra de forma planejada e com qualidade de vida para todos os seus habitantes.

CAPÍTULO IV

OS PRIMEIROS ANOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Nos primeiros anos de sua história, o município de Estrela funcionava sob as leis do Brasil Império. Nesse período, a organização administrativa era simples e não havia a divisão clara entre os poderes Executivo e Legislativo como existe atualmente. Não existia a figura do prefeito; a Câmara de Vereadores concentrava tanto as funções legislativas quanto as administrativas do município.

Sempre que era necessário obter recursos ou autorizações, a Câmara precisava recorrer ao governo provincial. Isso demonstra que, apesar de possuir certa autonomia, o município ainda dependia fortemente das decisões de instâncias superiores.

A instalação oficial da administração municipal de Estrela ocorreu em 1882. A estrutura administrativa era modesta, mas organizada. O funcionamento do Paço Municipal contava com diferentes cargos: o procurador-contador, responsável pelas finanças; o fiscal, encarregado da arrecadação; o arruador, que cuidava do alinhamento das construções; o porteiro, que atendia o público; e o secretário, responsável pelos registros e documentos oficiais. Todos atuavam sob a coordenação do presidente da Câmara, que era a principal autoridade política da época.

A Instalação do Município de Estrela

A instalação do município aconteceu no dia 21 de fevereiro de 1882, uma terça-feira. A cerimônia foi presidida por João Caetano Pereira, então presidente interino da Câmara Muni-



pal de Taquari. Nessa ocasião, tomou posse a primeira Câmara de Vereadores de Estrela, composta por sete membros, marcando o início da vida política do município.

Tristão Gomes da Rosa: Primeiro Presidente da Câmara de Vereadores

No mesmo dia da instalação, os vereadores elegeram Tristão Gomes da Rosa como o primeiro presidente da Câmara. Ele recebeu quatro votos e passou a exercer um papel fundamental na administração municipal. De acordo com a legislação da época, o presidente da Câmara também desempenhava funções executivas, atuando, na prática, como o chefe do município.

Os Primeiros Funcionários Municipais

Logo após a instalação da Câmara, foram nomeados os primeiros servidores públicos municipais. Bento Rodrigues da Rosa assumiu como secretário geral; João Lourenço Dexheimer tornou-se procurador e contador; João Ubaldo Nery foi nomeado fiscal; Antônio Joaquim Martins assumiu como porteiro; e Félix Gomes da Silva ficou responsável pela função de arruador.

Esses profissionais foram essenciais para garantir o funcionamento inicial da administração pública de Estrela.

As Primeiras Demandas Administrativas

Nos primeiros dias de funcionamento, a Câmara enfrentou desafios importantes. Em 23 de fevereiro de 1882, foi solicitado à Câmara de Taquari autorização para utilizar o Código de Posturas daquele município, já que Estrela ainda não possuía legislação própria.

Outras demandas também surgiram, como a necessidade de definir as funções do fiscal e do arruador, além de pedidos por padrões de pesos e medidas e autorização para o pagamento dos servidores.

O Apoio do Governo Provincial

O governo provincial teve papel importante no início da organização administrativa de Estrela. Em 1º de março de 1882, foi autorizada a locação de um espaço para sediar a administração municipal.

Enquanto ainda utilizava o orçamento de Taquari, a Câmara de Estrela começou a elaborar seu próprio orçamento e a criar seu Código de Posturas, que posteriormente foi aprovado pela Assembleia Legislativa Provincial. Esse processo marcou um passo importante rumo à autonomia administrativa do município.

Desenvolvimento Econômico e Desafios

Desde o início, Estrela buscou desenvolver sua economia. Um exemplo disso foi o pedido de Fernando Ehlers para instalar um engenho central, iniciativa que poderia impulsionar a produção local.

Ao mesmo tempo, surgiram desafios e conflitos, como abaixo-assinados de moradores da região de Teutônia e pedidos relacionados a terras devolutas. A Câmara analisava essas questões com cuidado, demonstrando a responsabilidade dos vereadores na mediação de interesses da comunidade.

Estrutura e Melhorias Locais

A organização territorial também foi uma preocupação importante. O município foi dividido em três distritos: Estrela, Conventos e Teutônia.

O governo provincial contribuiu com a criação de uma Delegacia de Polícia e de oito escolas, fortalecendo a segurança e a educação. Na sede do município, moradores solicitavam melhorias, como obras na Rua da Igreja, mostrando que já havia participação da comunidade nas decisões públicas.

Reflexão sobre os Primeiros Anos

Os primeiros anos da administração municipal de Estrela foram marcados por desafios, limitações e dependência do gover-



no provincial. Mesmo assim, houve organização, planejamento e dedicação por parte dos primeiros vereadores e servidores públicos.

Esse período inicial foi fundamental para a construção das bases administrativas, políticas e sociais do município, contribuindo para o desenvolvimento que Estrela alcançaria ao longo do tempo.

CAPÍTULO V

CONSOLIDAÇÃO ADMINISTRATIVA E SOCIAL

Henrique Teodoro Rohenkohl: Presidência da Câmara (1883–1887)

Entre os anos de 1883 e 1887, a Câmara de Vereadores de Estrela esteve sob a presidência de Henrique Teodoro Rohenkohl. Nesse período, a administração municipal enfrentou diversos desafios, mas também promoveu avanços importantes em áreas como educação, organização territorial e estrutura administrativa.

Educação: um Desafio Permanente

49

A educação foi uma das principais dificuldades enfrentadas durante esse período. Embora o governo provincial criasse escolas, a manutenção era limitada e dependia de recursos escassos e processos burocráticos.

As condições das escolas eram bastante precárias. Em 1883, uma sala de aula contava com apenas cinco cadeiras e cinco escrivaninhas, evidenciando a falta de estrutura adequada para o ensino. Em outras localidades, como Teutônia, havia escolas que sequer possuíam mobiliário.

Além disso, os professores enfrentavam dificuldades administrativas. Para obter licenças, mesmo por motivos de saúde, era necessário solicitar autorização ao governo provincial. Um exemplo foi o caso da professora Branca da Costa Bard, que conseguiu 15 dias de afastamento em janeiro de 1883. Essa situação demonstra a forte centralização das decisões, que impactava diretamente o funcionamento das escolas.



Vida Religiosa e Transformações Territoriais

Durante esse período, a vida religiosa teve grande importância para a comunidade. Em 1883, foi concluída a construção da Igreja Matriz Santo Antônio da Estrela, que recebeu a bênção eclesíastica e passou a ser um importante centro de convivência social e espiritual.

Ao mesmo tempo, o município passou por mudanças territoriais significativas. Após já ter perdido parte de seu território anteriormente, em 1884 ocorreram novos desmembramentos, com a separação de áreas que hoje correspondem aos municípios de Bento Gonçalves e Garibaldi.

Ainda em 1884, foi criada uma escola masculina no distrito de Lajeado, demonstrando a preocupação com a expansão da educação, mesmo diante das dificuldades existentes.

Realidade Social e Dados de Teutônia

No distrito de Teutônia, dados estatísticos apontavam uma população de aproximadamente 2.500 habitantes, com significativa produção agrícola. A economia local era baseada principalmente na produção de feijão, milho e banha, o que demonstrava a força do trabalho rural.

Esse desenvolvimento levou à autorização para a construção de uma igreja dedicada ao Bom Jesus. Em 1885, foi criada a freguesia de Bom Jesus Teutônia. No entanto, como a maioria da população era de religião evangélica, a construção da igreja enfrentou dificuldades e demorou muitos anos para ser concluída.

A Primeira Sede Própria da Câmara de Vereadores

Um dos principais marcos dessa legislatura foi a aquisição de um prédio próprio para a Câmara Municipal. Em dezembro de 1885, os vereadores decidiram comprar um sobrado localizado ao lado da Igreja Matriz, que passou a servir como sede do poder público municipal.

Essa conquista representou um avanço importante na organização administrativa de Estrela, oferecendo melhores condições para o funcionamento da Câmara e atendimento à população.

Avanços na Instrução Pública

Apesar das dificuldades, a área da educação apresentou progressos ao longo dos anos. Em 1885, foram criadas quatro novas escolas, e, em 1886, outras três foram inauguradas.

Essas iniciativas demonstram o esforço da administração municipal em ampliar o acesso à educação e estruturar o ensino no território de Estrela, mesmo diante de limitações financeiras e administrativas.

Considerações Sobre o Período

A gestão de Henrique Teodoro Rohenkohl foi marcada por desafios típicos de um município em formação, como a falta de recursos, a dependência do governo provincial e as dificuldades na área da educação.

Ainda assim, houve avanços importantes na organização administrativa, na expansão do ensino e na consolidação da vida comunitária. Esse período contribuiu para fortalecer as bases do desenvolvimento de Estrela, preparando o município para as transformações que viriam nos anos seguintes.

CAPÍTULO VI

**TRANSIÇÃO POLÍTICA
E REPUBLICANA****Bento Manuel de Azambuja: Presidência da Câmara
(1887–1890)**

A administração de Bento Manuel de Azambuja ocorreu em um período de grandes transformações para o município de Estrela e para o Brasil. Nesse contexto, houve avanços importantes no planejamento territorial. Em 1886, foi elaborada a Planta da Colônia de Teutônia, e, em 1887, foi assinado o Mapa do Município de Estrela, contribuindo para a organização e o conhecimento do território.

As enchentes continuavam sendo um problema frequente, exigindo ações do poder público. Um exemplo foi a reconstrução da ponte sobre o Arroio Boa Vista, na estrada que ligava Estrela a Teutônia, realizada com recursos especiais autorizados em 1889.

Outro aspecto marcante do período foi o aumento dos pedidos de naturalização de imigrantes. Alemães e italianos passaram a integrar oficialmente a sociedade local, fortalecendo o crescimento populacional e a diversidade cultural do município.

Ainda em 1889, pouco antes do fim da monarquia, Estrela conquistou a criação de sua Comarca, um importante avanço administrativo e jurídico. No mesmo ano, em 15 de novembro, ocorreu a Proclamação da República, fato que trouxe mudanças políticas profundas. No entanto, essas transformações foram compreendidas de forma lenta pela população local, que recebeu as notícias com certo atraso e incerteza.



Luís Paulino de Moraes: Presidência da Junta Provisória (1890)

Com a mudança do regime político e a dissolução da Câmara de Vereadores, iniciou-se um período de instabilidade administrativa. Em janeiro de 1890, foi nomeada uma Junta Provisória para administrar o município de Estrela. Essa junta era composta por Luís Paulino de Moraes, como presidente, além de Jacó Schüller e Luís Jaeger.

A principal característica dessa fase foi o caráter provisório da administração. As decisões eram limitadas, e havia dificuldades para realizar investimentos ou desenvolver projetos de longo prazo. O município vivia um momento de transição, refletindo a instabilidade política que atingia todo o país.

Com o passar dos meses, mudanças ocorreram na composição da Junta. Luís Jaeger assumiu funções de substituição na administração, e alterações também aconteceram em cargos importantes, como o de secretário-geral.

O ambiente político era marcado por tensões e incertezas. A troca de lideranças e as dificuldades administrativas demonstravam a fragilidade do período. Pouco tempo após sua formação, dois membros da Junta pediram exoneração, reforçando o caráter temporário e instável da gestão.

Bento Rodrigues da Rosa: Presidência da Junta Municipal (1890–1891)

Após as mudanças na Junta Provisória, uma nova organização administrativa foi formada para dar continuidade ao governo municipal. Bento Rodrigues da Rosa passou a exercer a presidência da Junta Municipal, ao lado de outros membros que assumiram funções administrativas.

A composição da Junta foi ampliada, buscando maior organização e estabilidade. Novos integrantes foram incorporados, e também ocorreram mudanças no cargo de secretário-geral, refletindo a tentativa de ajustar a administração às necessidades do momento.

Um dos registros mais importantes desse período foi a realização de um recenseamento municipal. Esse levantamento apontou que Estrela possuía mais de 23 mil habitantes e mais de 2.600 eleitores, demonstrando o crescimento populacional e a relevância política do município.

Os dados também revelaram a distribuição da população entre os distritos. O distrito de Estrela concentrava uma parte significativa dos habitantes, enquanto Lajeado apresentava o maior número populacional. Já Teutônia também se destacava como uma região importante dentro do município.

Reflexão Sobre o Período

Entre 1887 e 1891, Estrela viveu um momento de transição marcado por mudanças políticas, desafios administrativos e crescimento populacional. A passagem do regime monárquico para o republicano trouxe incertezas, mas também abriu caminho para novas formas de organização do poder local.

Mesmo diante das dificuldades, o município seguiu avançando, consolidando seu território, ampliando sua população e estruturando sua administração. Esses anos foram fundamentais para a construção das bases políticas e sociais que sustentariam o desenvolvimento de Estrela nas décadas seguintes.

A Bandeira da República Rio-Grandense

Um episódio histórico marcante desse curto período foi a proposta apresentada por Bento Rodrigues da Rosa, aprovada em sessão de 15 de agosto de 1890, para que o Rio Grande do Sul adotasse a bandeira da República Rio-Grandense de 1835 como símbolo estadual. Em suas palavras, registradas em ata:

“Considerando que cada Estado da República tem o direito de ter, subordinada à bandeira da Nação, a sua bandeira especial;



Considerando que a bandeira da República de 35 é para o povo deste Estado a mais preciosa relíquia de seu passado;

Considerando que esse passado de heroísmo, abnegação e sacrifícios constitui a mais brilhante página da história riograndense;

Considerando que o povo do Rio Grande cumpre o mais sagrado dever, adotando para sempre, como prova de respeito aos heróis da epopeia de 35, o pavilhão tantas vezes hasteado no campo de suas glórias,

Proponho: Que se solicite ao General Governador do Estado que seja adotada, por decreto, como bandeira oficial do mesmo Estado, a da República Riograndense de 1835, invocando-se neste sentido o concurso de todas as Intendências Municipais junto ao mesmo Governador..."

Na Câmara de Estrela, o pavilhão farroupilha já tremulava desde 23 de novembro de 1889. Com a aprovação da proposta de Bento da Rosa pelo governo estadual, a bandeira passou a ser hasteada em todos os pagos.

Registro Curioso e Último Ato

Outro fato curioso do período foi o pedido de Francisco Albano Berlet, possivelmente prático de saúde, que solicitou licença para atuar na vila de Estrela, apresentando conhecimentos em homeopatia, curativos e primeiros socorros. O pedido foi deferido em 21 de janeiro de 1891, devido à escassez de facultativos na localidade.

O último ato administrativo de Bento Rodrigues da Rosa, igualmente de grande repercussão histórica, foi presidir, em 25 de fevereiro de 1891, a solenidade de instalação do novo município de Lajeado, na véspera de entregar a administração municipal à nova Junta.

Joaquim Alves Xavier: Presidência da Junta Municipal (1891)

Após as mudanças ocorridas na administração municipal, uma nova composição da Junta foi formada. Joaquim Alves Xavier assumiu a presidência, ao lado de Guilherme Schreinert, permanecendo também no colegiado Jacó Schüller, Henrique Hörlle e Pedro Ruschel. Essa reorganização buscava dar continuidade à administração em um período ainda marcado por instabilidade política.

Com a criação do município de Lajeado, ocorreram novas alterações na estrutura administrativa. O então secretário-geral Francisco Oscar Karnal apresentou sua renúncia, sendo substituído por Jacó Bernhardt. Essas mudanças demonstram a constante adaptação do município diante das transformações territoriais e políticas da época.

Organização das Primeiras Eleições Republicanas

Coube à Junta Municipal organizar as primeiras eleições do período republicano em Estrela. Esse momento marcou uma importante mudança no cenário político local. Os antigos partidos Conservador e Liberal deixaram de existir, dando lugar ao fortalecimento do Partido Republicano.

O novo partido passou a reunir lideranças que antes tinham pouca participação política, além de atrair antigos membros do Partido Conservador. Já os liberais permaneceram na oposição por muitos anos, mostrando que as mudanças políticas não ocorreram de forma imediata para todos os grupos.



Clima Político e Constituição Estadual

O período republicano inicial foi marcado por instabilidade política em todo o estado do Rio Grande do Sul. Em poucos meses, diversos governadores assumiram o poder, até que Júlio de Castilhos consolidou sua liderança.

A Constituição Estadual de 1891 trouxe mudanças importantes, especialmente ao estabelecer de forma clara a separação entre os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. Essa nova organização definiu funções específicas para cada poder e contribuiu para a modernização da administração pública.

Júlio May: Presidência do Conselho Municipal (1891–1892)

Em Estrela, o ambiente político era de expectativa e mobilização. As eleições municipais ocorreram em novembro de 1891, resultando na escolha de sete conselheiros. Entre eles, Júlio May foi eleito presidente do Conselho Municipal.

58

Durante sua gestão, uma das principais demandas foi a nomeação de um intendente para o município, conforme previsto na Constituição Estadual. Esse cargo representaria a separação definitiva entre os poderes Executivo e Legislativo.

A legislação determinava que os municípios deveriam ser administrados por um intendente e um conselho, eleitos para mandatos de quatro anos. No entanto, em um primeiro momento, cabia ao presidente do Estado realizar a nomeação dos intendentes, como forma de organizar a nova estrutura administrativa republicana.

Luís Paulino de Moraes: Presidência da Junta Municipal (1892)

Com a interrupção do Conselho Municipal no início de 1892, uma nova Junta foi formada para administrar Estrela. Luís Paulino de Moraes assumiu a presidência, acompanhado por outros membros que deram continuidade à gestão municipal.

Durante esse período, o município enfrentou sérias dificuldades. Uma epidemia de varíola atingiu a população, causando

sofrimento e exigindo ações emergenciais. O trabalho solidário de lideranças locais, como o vigário da paróquia, foi fundamental para auxiliar os doentes.

Além da crise de saúde, o interior do município também foi afetado por uma infestação de gafanhotos, que prejudicou as lavouras e agravou a situação econômica da população rural.

Júlio May: Retorno à presidência do Conselho Municipal (1892)

Em junho de 1892, Júlio May voltou à presidência do Conselho Municipal. Uma de suas primeiras medidas foi retomar o pedido de nomeação de um intendente para Estrela.

Esse pedido foi atendido em outubro do mesmo ano, quando foi oficializada a nomeação do chefe do Poder Executivo municipal. Com isso, encerrava-se o período em que o Legislativo acumulava funções administrativas.

A partir desse momento, a administração de Estrela passou a seguir o modelo estabelecido pela Constituição Estadual, com a separação entre os poderes e a definição clara das responsabilidades de cada um.

Análise do Período de Transição Administrativa (1882–1892)

Nos primeiros anos da organização administrativa de Estrela, a Câmara de Vereadores desempenhou um papel central e abrangente. Além de legislar, também exercia funções executivas, pois não existia, naquele período, a figura de um chefe do Executivo municipal.

Essa concentração de funções refletia a realidade de um município em formação, com estrutura administrativa simples e recursos limitados. Os vereadores eram responsáveis por diversas tarefas, como a elaboração de leis, a administração financeira, a organização urbana e a gestão de serviços públicos.

Ao mesmo tempo, precisavam lidar com desafios práticos do cotidiano, como enchentes, epidemias, dificuldades na educação e problemas na produção agrícola. Esse cenário



exigia atuação direta e constante por parte dos representantes municipais.

A partir da Proclamação da República e da criação das novas estruturas administrativas, iniciou-se um processo de mudança institucional. A implantação do cargo de intendente marcou a separação entre os poderes Legislativo e Executivo, trazendo maior organização e especialização para a administração pública.

Esse período representa uma fase importante de transição e amadurecimento institucional. A experiência acumulada pelos primeiros administradores e vereadores contribuiu para a consolidação de um modelo de gestão mais estruturado, que permitiu o desenvolvimento do município nos anos seguintes.

CAPÍTULO VII

LEGISLATURAS DA CÂMARA DE VEREADORES DE ESTRELA

1ª Legislatura da Câmara de Vereadores de Estrela (1882–1883)

Após a solene instalação do município de Estrela, em 21 de fevereiro de 1882, foi empossada a primeira Câmara de Vereadores, com um mandato de caráter provisório, com duração de quase um ano. Essa legislatura inicial teve a importante missão de organizar a estrutura administrativa do novo município e dar início ao seu funcionamento político.

A Câmara era composta por sete vereadores: Tristão Gomes da Rosa, eleito presidente; Henrique Teodoro Rohenkohl, vice-presidente; além de Patrício Antônio Rodrigues, Jorge Carlos Lohmann, Miguel Ruschel, Bento Manuel de Azambuja e Luís Paulino de Moraes, que não esteve presente na posse.

Na primeira sessão registrada em ata, os vereadores realizaram a eleição da Mesa Diretora por meio de escrutínio secreto, confirmando Tristão Gomes da Rosa na presidência e Henrique Teodoro Rohenkohl como vice-presidente. Na mesma ocasião, foi nomeado João Lourenço Dexheimer como secretário interino, que prestou juramento e assumiu suas funções administrativas.

Ainda durante essa sessão inicial, foram empossados os juízes de paz da vila de Estrela e do distrito de Lajeado, que também prestaram juramento perante o presidente da Câmara, demonstrando a preocupação com a organização institucional do município desde seus primeiros momentos.

No dia seguinte, 23 de fevereiro, a Câmara voltou a se reunir para estruturar seu funcionamento interno por meio da criação



das comissões legislativas. Essas comissões eram fundamentais para analisar e encaminhar os assuntos de interesse público. Foram organizadas três comissões principais: a Comissão de Polícia, Economia Policial, Legislação e Matéria Contenciosa; a Comissão de Fazenda, Obras e Melhoramentos; e a Comissão de Estatística, Limites, Divisão e Redação, cada uma composta por vereadores responsáveis por áreas específicas da administração.

Embora a figura do prefeito ainda não existisse oficialmente naquele período, na prática o presidente da Câmara exercia funções que hoje seriam atribuídas ao chefe do Poder Executivo. Cabia a ele conduzir a administração do município, coordenar os serviços públicos e tomar decisões fundamentais para o funcionamento da cidade.

Mesmo com um mandato curto, a 1ª Legislatura teve um papel decisivo na organização inicial de Estrela. Seus membros lançaram as bases administrativas e políticas do município, preparando o caminho para as legislaturas seguintes e contribuindo para a consolidação da vida pública local.

2ª Legislatura da Câmara de Vereadores de Estrela (1883–1887)

Posse da Nova Câmara

Em 8 de janeiro de 1883, tomou posse a segunda Legislatura do município de Estrela, eleita para um mandato de quatro anos. Nesse período, os vereadores acumulavam atribuições executivas, refletindo uma estrutura política ainda em formação.

A composição da Câmara incluía Bento Manuel de Azambuja, Henrique Teodoro Rohenkohl, Jorge Carlos Lohmann, Paulo Mallmann, Pedro Buchmann, Pedro Ruschel e Patrício Antônio Rodrigues. Esses vereadores deram continuidade ao processo de organização administrativa iniciado na legislatura anterior.

No decorrer do mandato, a definição da liderança da Câmara ocorreu em sessões específicas. Em 7 de janeiro de 1884, os vereadores elegeram Henrique Teodoro Rohenkohl como presidente

da Câmara e Patrício Antônio Rodrigues como vice-presidente. A mesma composição foi mantida no ano seguinte, em 7 de janeiro de 1885, garantindo estabilidade e continuidade na condução dos trabalhos legislativos e administrativos.

Durante essa legislatura, era comum a sobreposição entre as funções legislativas e executivas. Na prática, o presidente da Câmara exercia papel central na administração do município, sendo responsável tanto pela condução das sessões quanto pela tomada de decisões relacionadas à gestão pública.

A 2ª Legislatura teve papel importante na consolidação da estrutura administrativa de Estrela. Ao mesmo tempo em que elaborava normas e organizava a vida política local, também executava ações administrativas necessárias ao funcionamento do município. Esse período foi fundamental para dar continuidade ao processo iniciado em 1882 e preparar o caminho para uma futura separação mais clara entre os poderes Executivo e Legislativo.

3ª Legislatura da Câmara de Vereadores de Estrela (1887–1890)

63

Em 8 de janeiro de 1887, tomou posse a terceira Legislatura do município de Estrela, eleita para um mandato de quatro anos, previsto para se estender até 1891. A Câmara foi composta por Bento Manuel de Azambuja, Henrique Teodoro Rohenkohl, Patrício Antônio Rodrigues, Joaquim Alves Xavier, Pedro Schneider — que faleceu em 1888, sendo substituído por Paulo von Borowski —, Antônio Víctor Mena Barreto e Adolfo Martins Ribeiro.

Também integraram o quadro político como suplentes Pedro Ruschel, que assumiu em 11 de fevereiro de 1889, além de Pedro Blauth e Feliz Kuhl, garantindo a continuidade dos trabalhos legislativos diante das eventuais vacâncias.

A presidência da Câmara foi exercida em dois períodos distintos. Entre 1887 e 1888, Henrique Teodoro Rohenkohl esteve à frente dos trabalhos legislativos. Já entre 1889 e 1890, a presidên-



cia foi assumida por Patrício Antônio Rodrigues. Essa alternância contribuiu para a manutenção do funcionamento da Câmara em um período de intensas transformações políticas.

Entre os atos registrados durante a legislatura, destaca-se a sessão de 6 de março de 1888, quando, sob a presidência de Henrique Teodoro Rohenkohl, foi prestado o juramento de Pedro Friedrich como segundo juiz municipal de Estrela, reforçando a organização institucional do município.

Um dos momentos mais marcantes ocorreu em 23 de novembro de 1889, quando a Câmara realizou uma sessão extraordinária para declarar oficialmente a adesão do município de Estrela ao regime republicano, recém-proclamado no Brasil. Esse ato simbolizou a inserção do município nas novas diretrizes políticas nacionais.

A última sessão ordinária da Câmara Municipal ocorreu em 7 de janeiro de 1890. Poucos dias antes, pelo ato provincial nº 41, de 4 de janeiro de 1890, havia sido determinada a dissolução da Câmara, encerrando esse período da experiência democrática local.

Em 18 de janeiro de 1890, os vereadores reuniram-se pela última vez para realizar a entrega oficial da administração municipal. Na ocasião, foram repassados documentos, arquivos e os recursos financeiros existentes em caixa aos membros da Junta Provisória nomeada pelo governo. A partir desse momento, a condução administrativa do município passou a ser exercida por essa nova estrutura, marcando o início de uma nova fase na história do poder público em Estrela.

4ª Legislatura: Conselho Municipal de Estrela (1891–1896)

A organização política de Estrela começou a tomar forma no final do século XIX, pouco tempo após a Proclamação da República no Brasil. Em 15 de novembro de 1891, ocorreram as primeiras eleições municipais, marcando o início do funcionamento do Poder Legislativo no município.

Nessa eleição, foram escolhidos sete conselheiros para um mandato de cinco anos: Júlio May, Jacó Schenck, Nicolau Gerhardt, João Ubaldo Nery, Filipe Jacó Wild, Miguel Ruschel e Henrique Arnt. A posse dos eleitos aconteceu em 30 de novembro de 1891.

No período de 30 de novembro de 1891 a 15 de outubro de 1896, o Conselho Municipal de Estrela esteve sob a presidência de Júlio May, que exerceu a função entre os anos de 1891 e 1895, sendo sucedido por Miguel Ruschel, que conduziu os trabalhos legislativos de 1895 a 1896. Nesse intervalo, ambos tiveram papel fundamental na organização administrativa e no fortalecimento das estruturas públicas do município.

Naquele período, o Conselho Municipal tinha funções mais limitadas do que as câmaras de vereadores atuais. Suas principais atribuições eram elaborar o orçamento do município, analisar as contas do intendente e discutir leis importantes para a organização local.

Uma das tarefas mais relevantes foi a elaboração da Lei Orgânica do Município, que deveria seguir as orientações da Constituição vigente. Esse documento era essencial para garantir o funcionamento legal e administrativo de Estrela.

Como o cargo de intendente não era preenchido por eleição direta, o Conselho solicitou ao governo do Estado a indicação de um administrador. Foi nomeado Joaquim Alves Xavier, que passou a exercer a função de chefe do Poder Executivo municipal.

Apesar desse início organizado, a vida política local logo enfrentou dificuldades. O cenário estadual era marcado por disputas de poder, especialmente envolvendo Júlio de Castilhos. Essas tensões resultaram na dissolução do Conselho Municipal, interrompendo suas atividades entre janeiro e junho de 1892.

Após mudanças no governo estadual, a situação política começou a se estabilizar, permitindo a retomada das atividades do Conselho. Ainda assim, a instabilidade não havia terminado.

Com o início da Revolução Federalista, em 1893, a região voltou a viver momentos de conflito. Mesmo com a tentativa das



lideranças locais de manter neutralidade, Estrela foi invadida por grupos armados. Esse contexto levou à interrupção das atividades do Conselho por cerca de 15 meses.

Somente em 28 de dezembro de 1894 o Conselho voltou a se reunir, de forma improvisada, na casa de Miguel Ruschel, pois o prédio da Intendência estava ocupado por forças militares.

Durante esse período conturbado, o intendente Joaquim Alves Xavier foi afastado do cargo, acusado de abandono de função. Em seu lugar assumiu Pércio de Oliveira Freitas, que encontrou um município em dificuldades, sem arrecadação significativa e com a economia fragilizada pela guerra. Diante dessa realidade, o Conselho autorizou a anulação de taxas, reconhecendo que a população não tinha condições de pagamento.

Com o fim dos conflitos e a reorganização política, Estrela começou a retomar sua normalidade. Em 20 de abril de 1896, foi criada uma lei que estabelecia regras para o alistamento eleitoral e para as eleições municipais. Esse foi um passo importante para fortalecer a participação política da população.

O primeiro Conselho Municipal de Estrela teve um papel fundamental na construção das bases administrativas e políticas do município. Mesmo enfrentando dificuldades, seus integrantes contribuíram para a organização institucional da cidade.

Esse período mostra que a história de Estrela foi marcada não apenas pelo desenvolvimento, mas também por desafios, conflitos e pela busca por estabilidade política.

5ª Legislatura da Câmara de Vereadores de Estrela (1896–1900)

No dia 7 de setembro de 1896, feriado nacional, foram realizadas novas eleições municipais em Estrela. A apuração dos votos ocorreu dez dias depois, confirmando a continuidade de Pércio de Oliveira Freitas no cargo de intendente, responsável pela administração do município.

Na mesma eleição, foram escolhidos os membros do Conselho Municipal. Os eleitos foram João Ubaldo Nery, Jacó Schüller, Pedro Schmitt, Carlos Matte Sobrinho, Frederico Genehr Filho, Olympio Cavagna e Francisco Weidlich.

Apesar de o mandato ser exercido de forma gratuita, o que demonstra o caráter de serviço público da época, a legislatura enfrentou uma crise política significativa. Pouco mais de um ano após o início do mandato, quase todos os conselheiros renunciaram aos seus cargos.

Em 27 de outubro de 1897, foram realizadas novas eleições municipais para o preenchimento das seis vagas do Conselho Municipal de Estrela. A apuração ocorreu dois dias após o pleito, confirmando a eleição e reeleição de importantes lideranças locais. Foram escolhidos Jacó Schüller e Frederico Genehr Filho, ambos reeleitos, além de Henrique Mallmann II, Adolfo Martins Ribeiro, Antônio Soares Izaguirre e Valentim Kern, que passaram a compor o Legislativo municipal, contribuindo para a continuidade e o fortalecimento da administração pública no período.

No período de 15 de outubro de 1896 a 15 de outubro de 1900, a presidência foi exercida por João Ubaldo Nery, entre os anos de 1896 e 1898, sendo posteriormente sucedida por Antônio Soares Izaguirre, que conduziu os trabalhos de 1898 a 1900. Ambos desempenharam papel relevante na condução das atividades legislativas.

Buscando evitar novos conflitos e garantir maior estabilidade administrativa, o intendente Pércio de Oliveira Freitas tomou uma medida importante. Em 19 de março de 1898, nomeou Francisco Ferreira de Brito como novo secretário geral da Administração. A intenção era fortalecer a organização interna do governo municipal e melhorar o relacionamento entre os setores políticos.

Ao longo da 5ª Legislatura, o Conselho Municipal passou por dificuldades que mostram o processo ainda inicial de consolidação da política local. Conflitos, renúncias e reorganizações fizeram parte desse período, que contribuiu para o amadurecimento das instituições públicas de Estrela.



Essa fase da história evidencia que a construção da democracia no município não foi simples, mas marcada por desafios que ajudaram a fortalecer, com o tempo, a estrutura política e administrativa da cidade.

6ª Legislatura da Câmara de Vereadores de Estrela (1900–1904)

No dia 7 de setembro de 1900, foram realizadas novas eleições municipais em Estrela, dando início à 6ª Legislatura. Na ocasião, foi eleito intendente Francisco Ferreira de Brito, responsável pela administração do município.

Também tomaram posse os conselheiros José Buchmann, Nicolau Ruschel Sobrinho, Antônio Vítor Menna Barreto, Jorge Steyer, Henrique Schüller, Carlos da Costa Bandeira, Guilherme Lohmann e Olympio Cavagna.

No período de 15 de outubro de 1900 a 15 de outubro de 1904, a presidência do Conselho Municipal de Estrela foi exercida por José Buchmann, entre os anos de 1900 e 1902, sendo sucedido por Carlos da Costa Bandeira, que esteve à frente dos trabalhos de 1902 a 1904. Durante essa gestão, ambos contribuíram para a continuidade das atividades legislativas.

Logo no início dos trabalhos, já se percebe a forte influência política do período. Em uma das primeiras sessões, o conselheiro Antônio Vítor Menna Barreto propôs a aquisição dos retratos de Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros, importantes líderes políticos do Rio Grande do Sul. A proposta foi aprovada por unanimidade, o que demonstra o prestígio dessas figuras, mesmo entre conselheiros de diferentes posições políticas.

Durante essa legislatura, ocorreram mudanças importantes na organização do município. Em 9 de novembro de 1900, o 3º distrito de Estrela passou a se chamar Roca Sales. Já em 19 de novembro de 1901, foi aprovada a Lei Orgânica Municipal, documento fundamental para definir as regras de funcionamento do município e de seus poderes.

Apesar desses avanços, o período também foi marcado por conflitos políticos internos. Em 15 de outubro de 1902, durante a votação do orçamento municipal, surgiram divergências entre os conselheiros. Nicolau Ruschel Sobrinho, Antônio Vítor Menna Barreto e Jorge Steyer renunciaram aos seus cargos por desentendimentos.

Além disso, outros conselheiros, como Guilherme Lohmann, Olympio Cavagna e Carlos da Costa Bandeira, deixaram a sessão sem apresentar renúncia formal. Essa atitude tinha como objetivo impedir a aprovação do orçamento, que consideravam prejudicial ao município.

Diante da situação, o presidente do Conselho convocou suplentes para garantir a votação. Foram chamados Jacó Kern Filho e Luís Dexheimer, que não compareceram. Assim, assumiram Jacó Trentini e José Luís Raupp, que participaram da aprovação do orçamento de forma rápida e emergencial.

Esse episódio gerou preocupação no governo estadual. O presidente do Estado, Borges de Medeiros, enviou um comunicado ao Conselho alertando que houve desrespeito à Lei Orgânica. Ele orientou que o orçamento fosse reavaliado com base na proposta do intendente, podendo ser aprovado com ajustes, mas dentro da legalidade.

Um dos principais pontos de discussão era o chamado imposto focolar. Esse tributo era cobrado dos colonos para auxiliar na construção e manutenção de estradas. No entanto, ele foi considerado inconstitucional, pois já existia o imposto territorial. Por outro lado, a simples eliminação de outras fontes de receita, como a taxa de exportação, poderia comprometer o funcionamento do município, já que os recursos eram necessários para cobrir as despesas públicas.

Esses debates mostram como a administração municipal ainda buscava equilíbrio entre arrecadação, legalidade e necessidades da população.

A 6ª Legislatura de Estrela foi um período de avanços institucionais, como a aprovação da Lei Orgânica, mas também de



intensos conflitos políticos. Esses acontecimentos refletem os desafios enfrentados na construção da organização administrativa e democrática do município.

7ª Legislatura da Câmara de Vereadores de Estrela (1904–1908)

No dia 7 de setembro de 1904, foram realizadas novas eleições municipais em Estrela, dando início à 7ª Legislatura. Na ocasião, Francisco Ferreira de Brito foi reeleito intendente, mantendo-se à frente da administração municipal.

Para o Conselho Municipal, foram eleitos Nicolau Müssnich, Antônio Carlos Porto, Luiz Dexheimer, Carlos Wildner, Frederico Dreyer, Adolfo Martins Ribeiro e Olympio Cavagna. A posse ocorreu em 15 de outubro de 1904, marcando o início de um novo período administrativo.

No período de 15 de outubro de 1904 a 15 de outubro de 1908, a presidência do Conselho Municipal de Estrela esteve a cargo de Nicolau Müssnich, que conduziu de forma contínua os trabalhos legislativos. Durante sua gestão, teve papel importante na manutenção da organização administrativa e no fortalecimento das instituições públicas do município em uma fase de consolidação de sua estrutura governamental.

Diferentemente de legislaturas anteriores, que foram marcadas por intensos conflitos políticos, esse período ficou mais associado a desafios enfrentados pela população, especialmente relacionados a problemas naturais que afetaram a economia local.

Um dos principais problemas enfrentados foi a praga de gafanhotos, que atingiu a região após um período de forte seca. Esses insetos, considerados extremamente destrutivos para a agricultura, colocaram em risco a produção rural e, consequentemente, a subsistência de muitas famílias.

Diante da gravidade da situação, o Conselho Municipal autorizou a contratação de um empréstimo junto ao Banco Pelotense. Esse recurso foi utilizado para organizar ações de combate à praga,

incluindo a formação de equipes encarregadas de enfrentar os gafanhotos nas áreas afetadas.

Essa medida mostra como o poder público local buscava soluções práticas para proteger a economia e a população, mesmo diante de dificuldades.

Além das questões emergenciais, o Conselho também atuou na área política e administrativa. Em 11 de março de 1907, foi aprovado um projeto do Poder Executivo que reformava a Lei Eleitoral de Estrela. Essa mudança foi oficializada pelo intendente Francisco Ferreira de Brito por meio do ato nº 114.

A reforma da legislação eleitoral representou um passo importante na organização do sistema político municipal, estabelecendo novas regras para o processo eleitoral e contribuindo para o fortalecimento das instituições locais.

A 7ª Legislatura de Estrela demonstra um período em que a atuação do Conselho Municipal esteve voltada tanto para enfrentar desafios concretos da população quanto para aprimorar a estrutura política do município.

8ª Legislatura da Câmara de Vereadores de Estrela (1908–1912)

No dia 7 de setembro de 1908, foram realizadas novas eleições municipais em Estrela, dando início à 8ª Legislatura. Nesse pleito, Nicolau Müssnich foi eleito intendente, assumindo a responsabilidade pela administração do município.

Para o Conselho Municipal, foram eleitos João Ubaldo Nery, Adolfo Zimmermann, Leonardo Kortz, João Gerhardt, Paulo Berti, André Göllner e Jacó Lang. A posse ocorreu em 15 de outubro de 1908, iniciando um novo período de organização política local.

No período de 15 de outubro de 1908 a 15 de outubro de 1912, a presidência do Conselho Municipal de Estrela foi exercida por João Ubaldo Nery, que conduziu os trabalhos legislativos ao longo de todo o mandato.



Durante essa legislatura, um fato inesperado marcou a administração municipal. O intendente Nicolau Müssnich faleceu durante o exercício do cargo, interrompendo seu mandato de forma repentina. Diante dessa situação, o vice-intendente Manuel Ribeiro Pontes Filho assumiu a função, garantindo a continuidade do governo.

Para regularizar a situação, foi convocada uma nova eleição para o cargo de intendente. O pleito ocorreu em 15 de novembro de 1909. Manuel Ribeiro Pontes Filho concorreu como candidato único e foi eleito, passando a governar o município até o final do período administrativo.

Naquela época já existiam mecanismos institucionais para garantir a continuidade do poder público, mesmo diante de situações imprevistas, como a morte de um governante.

A 8ª Legislatura de Estrela foi marcada, portanto, pela estabilidade do Conselho Municipal e por uma mudança importante no Poder Executivo. Mesmo com a perda do intendente eleito, a estrutura administrativa conseguiu se reorganizar sem grandes conflitos.

Esse período revela o avanço da organização política do município, com instituições mais preparadas para lidar com desafios e assegurar a continuidade da gestão pública.

9ª Legislatura da Câmara de Vereadores de Estrela (1912–1916)

No dia 7 de setembro de 1912, o eleitorado de Estrela voltou às urnas para escolher seus representantes municipais. Na ocasião, Manuel Ribeiro Pontes Filho foi reeleito intendente, garantindo a continuidade da administração do município.

Para o Conselho Municipal, foram eleitos Manuel Pereira de Miranda, Filipe Mallmann, Henrique Guilherme Schwingel, Roberto Pilz, Henrique Júlio Hoerlle, Pedro Erpen e Guilherme Lengler. A posse ocorreu em 15 de outubro de 1912, iniciando a 9ª Legislatura.

No período de 15 de outubro de 1912 a 15 de outubro de 1916, a presidência do Conselho Municipal de Estrela foi exercida por Manuel Pereira de Miranda, que esteve à frente dos trabalhos legislativos durante todo o mandato.

Mesmo com limitações relacionadas a fontes de pesquisa, é possível identificar a atuação de representantes de diferentes localidades do município. Um exemplo é o conselheiro Pedro Erpen, que representava a região de Roca Sales, mostrando a importância da participação das comunidades do interior na política local.

Durante a legislatura, ocorreu um fato marcante: o falecimento de Pedro Erpen, em 14 de outubro de 1915, um ano antes do término de seu mandato.

A 9ª Legislatura de Estrela foi, portanto, um período de continuidade administrativa, mas também de desafios para os historiadores que buscam reconstruir seus acontecimentos. A ausência de registros detalhados reforça a importância da preservação da memória e dos documentos públicos.

Esse momento da história mostra que nem sempre é possível conhecer todos os detalhes do passado, mas, ainda assim, cada informação disponível contribui para entender a formação política e social do município.

10ª Legislatura da Câmara de Vereadores de Estrela (1916–1920)

No dia 7 de setembro de 1916, os eleitores de Estrela participaram de mais uma eleição municipal. Na ocasião, Manuel Ribeiro Pontes Filho foi confirmado novamente no cargo de intendente, garantindo a continuidade da administração pública.

Também foram eleitos para o Conselho Municipal André Marcolino Mallmann, Henrique Senger, Henrique Schneider, Pedro Braun, Henrique Beckmann, Emílio Lengler e Adolfo Fensterseifer. A posse ocorreu em 15 de outubro de 1916, dando início à 10ª Legislatura.

No período de 15 de outubro de 1916 a 15 de outubro de 1920, a presidência do Conselho Municipal de Estrela foi exer-



cida inicialmente por Henrique Senger, entre os anos de 1916 e 1918, sendo posteriormente sucedida por André Marcolino Mallmann, que conduziu os trabalhos de 1918 a 1920.

Esse período foi marcado por importantes avanços na organização administrativa do município. Uma das principais ações foi a reforma da Lei Orgânica de Estrela, proposta pelo próprio intendente. O projeto foi analisado e aprovado pelo Conselho Municipal em 18 de maio de 1917.

Dois dias depois, a nova versão da Lei Orgânica foi promulgada por Pontes Filho por meio do Ato nº 15. Essa atualização foi fundamental para adaptar as regras do município às necessidades da época, melhorando o funcionamento da administração pública.

Outro avanço significativo ocorreu em 7 de fevereiro de 1920, quando foi decretada e promulgada a lei de aposentadoria do funcionalismo público municipal. Essa medida, prevista na própria Lei Orgânica, representou um importante passo na valorização dos servidores públicos.

74

A criação de uma legislação para aposentadoria demonstra que o município começava a se preocupar não apenas com a gestão imediata, mas também com o futuro e a segurança dos trabalhadores que dedicavam suas vidas ao serviço público.

A 10ª Legislatura de Estrela foi, portanto, um período de estabilidade política e de consolidação administrativa. Diferente de momentos anteriores, marcados por conflitos e interrupções, esse período destacou-se pela organização e pelo avanço nas leis que estruturavam o município.

Esse momento da história mostra como Estrela evoluía gradualmente, fortalecendo suas instituições e criando condições para um funcionamento mais eficiente e justo da administração pública.

11ª Legislatura da Câmara de Vereadores de Estrela (1920–1924)

No dia 7 de setembro de 1920, os eleitores de Estrela participaram de mais uma eleição municipal. Na ocasião, Manuel Ribe-

ro Pontes Filho foi novamente reeleito intendente, permanecendo à frente da administração do município.

Para o Conselho Municipal, foram eleitos Augusto Frederico Markus, André Marcolino Mallmann, Manuel Dillenburg, Pedro Schaeffer Filho, Leopoldo Adolfo Marder, Adolfo Gerhardt e Guilherme Tiggemann Filho. A posse dos conselheiros ocorreu em 12 de outubro de 1921.

Durante essa legislatura, André Marcolino Mallmann exerceu a presidência do Conselho, enquanto Leopoldo Adolfo Marder atuou como vice-presidente. Ao longo do período, também houve mudanças na condução dos trabalhos, com Marder assumindo a presidência nos meses finais da legislatura, em 1924.

Esse período foi marcado por acontecimentos importantes também na cultura e na comunicação. Em 1922, o Brasil celebrou o centenário da Independência, data que foi comemorada em várias regiões do país, incluindo Estrela. No mesmo ano, o movimento modernista começou a ganhar força, trazendo novas ideias para a literatura e as artes brasileiras.

Outro fato de grande relevância para o município foi a fundação do jornal O Paladino, em 7 de setembro de 1921. Esse semanário teve papel fundamental na preservação da história local, registrando acontecimentos, opiniões e informações do cotidiano. Graças a esse tipo de publicação, grande parte da memória de Estrela pôde ser preservada ao longo do tempo.

No campo político, a legislatura também foi influenciada por acontecimentos estaduais, como a Revolução de 1923. Embora esse conflito não tenha causado grandes prejuízos diretos ao município, trouxe consequências importantes. Uma delas foi a proibição da reeleição para o cargo de intendente, modificando as regras do sistema político da época.

A 11ª Legislatura de Estrela foi, portanto, um período de transição e transformação. Ao mesmo tempo em que o município mantinha sua organização política, também acompanhava mudanças culturais e sociais mais amplas que ocorriam no Brasil.



Esse momento da história mostra a importância da comunicação, da cultura e das instituições políticas na construção da identidade de uma comunidade, além de destacar como acontecimentos externos também influenciam a realidade local.

12ª Legislatura da Câmara de Vereadores de Estrela (1924–1928)

No dia 15 de agosto de 1924, foram realizadas eleições municipais em Estrela para a escolha dos novos representantes do município. Na ocasião, André Marcolino Mallmann foi eleito intendente, assumindo a administração do Poder Executivo.

Para o Conselho Municipal, houve um número reduzido de candidatos, apenas dez ao todo. Naquele período, a participação política ainda era limitada, seja por desinteresse, dificuldades de acesso ou pelas próprias características do sistema eleitoral da época.

Os conselheiros eleitos tomaram posse em 15 de outubro de 1924. Entre eles estavam Henrique Hergemöller, Henrique Franken Filho, Frederico Neuhaus Filho, Cristiano Fensterseifer, Affonso José Horn, Pedro Schneider Sobrinho e Frederico Schneider.

Durante essa legislatura, Frederico Neuhaus Filho exerceu a presidência do Conselho Municipal, enquanto Frederico Schneider ocupou a vice-presidência e Affonso José Horn atuou como secretário.

Além dos eleitos, também ficaram como suplentes Jacó Pedro Kilpp e Sílvio Piccinini. Outro candidato, Raul Lopes da Silva, recebeu apenas seis votos, o que evidencia a diferença de apoio entre os concorrentes.

Esse período reflete uma fase de maior organização política no município, com definição clara dos cargos dentro do Conselho e funcionamento mais estruturado das instituições públicas.

Mesmo com um número reduzido de candidatos, a eleição permitiu a formação de um grupo representativo que deu conti-

nuidade às atividades legislativas, contribuindo para o desenvolvimento administrativo de Estrela.

A 12ª Legislatura mostra como, ao longo do tempo, o município foi consolidando sua estrutura política, ainda que enfrentando limitações na participação popular. Esses processos foram importantes para fortalecer as bases da democracia local.

13ª Legislatura da Câmara de Vereadores de Estrela (1928–1930)

No dia 15 de agosto de 1928, foram realizadas eleições municipais em Estrela que marcariam o início da última legislatura do Conselho Municipal antes de grandes mudanças políticas no Brasil. Nessa eleição, Augusto Frederico Markus foi escolhido como intendente, sendo o último a ocupar esse cargo antes da transformação do sistema político.

Para o Conselho Municipal, foram eleitos sete conselheiros, com a participação de dois partidos: o Partido Republicano Rio-grandense (PRR) e o Partido Libertador (PL). A maioria das vagas ficou com o PRR, que dominava a política estadual naquele período.

Os eleitos foram José Raymundo Ruschel, Edvino Schaeffer, Alberto Schmitz, Reinoldo Willrich, Henrique Afonso Hoffmann e Clemente Afonso Mallmann, todos pelo PRR. O único representante do Partido Libertador foi Reinaldo Dahmer. Como suplente, destacou-se Antônio Matias Brentano.

Durante essa legislatura, o Conselho passou por várias mudanças internas. A presidência foi exercida em diferentes momentos por José Raymundo Ruschel e Alberto Schmitz, demonstrando certa instabilidade na condução dos trabalhos. Ao todo, a Mesa Diretora sofreu três alterações ao longo do período.

Segundo registros da época, em outubro de 1930, a composição da direção do Conselho tinha Alberto Schmitz como presidente, Edvino Schaeffer como vice-presidente e José Raymundo Ruschel como secretário, além dos demais conselheiros.



Esse período foi marcado por grande instabilidade política, não apenas em Estrela, mas em todo o Brasil. Em 1930, ocorreu a Revolução liderada por Getúlio Vargas, que levou à mudança do governo federal e ao fim da chamada República Velha.

Como consequência direta desse movimento, em 3 de dezembro de 1930, todos os mandatos políticos do país foram cassados. Isso incluiu governadores, parlamentares, intendentess e também os conselheiros municipais de Estrela. O Conselho Municipal foi extinto de forma imediata.

Diante dessa situação, o Conselho ainda chegou a se reunir pela última vez, sob a presidência de José Raymundo Ruschel, para tomar conhecimento das decisões do novo governo. Mesmo com o encerramento abrupto de seus mandatos, os conselheiros afirmaram ter cumprido suas funções com dedicação e responsabilidade.

Após a extinção do Conselho, Estrela passou a viver um novo modelo de administração. O intendente passou a ser chamado de prefeito, sendo nomeado pelo governo estadual. Em vez de um poder legislativo eleito, foi criado um Conselho Consultivo, com função apenas de auxiliar a administração.

Durante mais de cinco anos, o município ficou sem um Poder Legislativo eleito, o que representou uma grande mudança na forma de organização política local.

A 13ª Legislatura marca, portanto, o fim de uma fase importante da história de Estrela. Seu encerramento não ocorreu por decisão local, mas como resultado de transformações políticas nacionais que alteraram profundamente o funcionamento das instituições brasileiras.

Esse episódio deixa claro como os acontecimentos do país podem impactar diretamente a vida política dos municípios, encerrando ciclos e iniciando novos períodos na história.

CAPÍTULO VIII

**PERÍODO DE CENTRALIZAÇÃO
POLÍTICA****O Conselho Consultivo em Estrela: Administração sem
Eleição (1930–1935)**

Após a Revolução de 1930, o Brasil passou por profundas mudanças políticas. O novo governo, liderado por Getúlio Vargas, centralizou o poder e suspendeu as eleições em todo o país. Como consequência, os municípios também sofreram alterações em sua forma de administração.

Em Estrela, o antigo sistema foi substituído. O cargo de intendente deixou de ser eleito, e Augusto Frederico Markus permaneceu no comando do município, agora com o título de prefeito. No entanto, ele não havia sido escolhido pelo povo, mas sim nomeado pelo interventor estadual, Flores da Cunha. Isso significava que o prefeito respondia apenas ao governo estadual, sem a obrigação de prestar contas diretamente à população.

Para substituir o antigo Conselho Municipal, que havia sido extinto, foi criado o Conselho Consultivo. Esse novo órgão não era eleito pelo povo, mas formado por pessoas indicadas pelo governo. Sua função era auxiliar a administração municipal, principalmente na análise e aprovação do orçamento e das contas públicas.

A formação do Conselho Consultivo seguiu critérios definidos pelo governo. Três de seus membros deveriam ser escolhidos entre os maiores contribuintes de impostos do município. Assim, foram indicados nomes importantes da economia local, como Helmuth Fett, ligado à indústria de manteiga e à produ-



ção de banha, Luiz Ignácio Müssnich, proprietário da Cervejaria Estrela, e Alfredo Edmundo Steyer, comerciante da região de Teutônia.

Além desses, outros membros foram nomeados. André Marcolino Mallmann, gerente do Banco Pfeiffer, foi indicado pelo prefeito. Já o governo estadual também fez suas indicações para completar o grupo.

O Conselho Consultivo de Estrela foi oficialmente formado por decreto em dezembro de 1931. Pouco depois, seus membros tomaram posse e iniciaram suas atividades. Entre suas primeiras tarefas estava a análise do orçamento municipal para o ano de 1932.

As reuniões do Conselho eram mais simples e com menor participação do que as do antigo Conselho Municipal. Em alguns momentos, há registros de encontros com poucos membros presentes, o que demonstra uma atuação mais limitada.

Ao longo dos anos, o Conselho Consultivo passou por mudanças em sua composição. Alguns membros deixaram o cargo por motivos pessoais, mudanças de cidade ou falecimento. Um exemplo foi a substituição de Luiz Ignácio Müssnich por Ernesto Leopoldo Lautert.

Em 1935, o Conselho ainda estava em funcionamento, participando da aprovação do orçamento municipal. No entanto, o cenário político começava a mudar novamente, com a preparação para novas eleições.

O período do Conselho Consultivo mostra uma fase em que a população não participava diretamente das decisões políticas do município. A administração era centralizada e dependia das decisões do governo estadual e federal.

Esse momento da história de Estrela revela como mudanças políticas nacionais podem transformar a organização local, alterando a forma de escolha dos governantes e reduzindo a participação popular.

14ª Legislatura da Câmara de Vereadores de Estrela (1936–1937)

A 14ª Legislatura da Câmara de Vereadores de Estrela, correspondente ao período de 4 de janeiro de 1936 a 10 de novembro de 1937, representa um momento significativo de reorganização política e institucional no município. Com a promulgação da nova Constituição, o Poder Legislativo voltou a ser exercido pela Câmara de Vereadores, substituindo o antigo Conselho Municipal, o que simbolizou a retomada de práticas mais democráticas na administração local.

As eleições municipais realizadas em 17 de novembro de 1935 marcaram esse novo momento. Ao todo, 3.943 eleitores estavam aptos a votar. Um aspecto histórico relevante desse pleito foi a participação das mulheres, que, pela primeira vez, puderam exercer o direito ao voto, ainda que nem todas estivessem devidamente inscritas como eleitoras.

O cenário político local era marcado pela disputa entre o Partido Republicano Liberal (PRL), que representava a situação, e a Frente Única (FU), grupo de oposição. Dessa forma, a Câmara de Vereadores ficou constituída pelos seguintes nomes: José Alfredo Lenhard, Leopoldo Krabbe e Sílvio Orlandini, pelo Partido Republicano Liberal; e Dr. Ito João Snel, Guilherme Siepmann, Carlos Baltazar Mallmann e Jorge Carlos Trentini, pela Frente Única.

A posse ocorreu em 4 de janeiro de 1936, juntamente com a do primeiro prefeito constitucional do município. Na sessão de instalação, foram eleitos Carlos Baltazar Mallmann como presidente da Câmara e Guilherme Siepmann como secretário. No entanto, poucos dias depois, em 16 de janeiro, ambos renunciaram aos cargos. Em nova eleição realizada na mesma data, Guilherme Siepmann assumiu a presidência, enquanto o Dr. Ito João Snel passou a exercer a função de secretário, permanecendo nesses cargos até o final da Legislatura.



Entre as mais importantes atribuições da Câmara em 1937 destacou-se a elaboração, discussão e aprovação da Lei Orgânica do Município, documento fundamental para a organização administrativa e política de Estrela. A lei foi aprovada já no mês seguinte à posse dos vereadores e assinada por todos os membros, com exceção de Sílvio Orlandini.

A 14ª Legislatura se destaca como um período de consolidação institucional, no qual se reafirmaram os princípios democráticos no município e se estabeleceram bases importantes para a organização política e administrativa de Estrela.

O Conselho Consultivo de Administração: Centralização do Poder e Limitação da Democracia

Após um curto período de retomada da vida democrática em Estrela, novas mudanças políticas ocorreram no Brasil durante o governo de Getúlio Vargas. Em 1939, com a implantação de um regime mais centralizador, o Poder Legislativo municipal voltou a ser extinto, sendo substituído novamente por um modelo de Conselho Consultivo.

A criação do chamado Conselho Consultivo de Administração foi determinada por um decreto federal de 8 de abril de 1939. Esse órgão tinha como objetivo auxiliar o prefeito na administração do município, mas funcionava de forma bastante diferente de uma câmara de vereadores.

Os membros do Conselho não eram eleitos pela população. Eles eram escolhidos diretamente pelo prefeito, geralmente entre pessoas de diferentes setores da sociedade, como comerciantes, agricultores e profissionais liberais. Ao todo, eram sete integrantes, que definiam entre si quem seria o presidente, o vice-presidente e o secretário.

O funcionamento do Conselho era simples. As reuniões aconteciam normalmente uma vez por mês, podendo ocorrer encontros extras quando necessário. Os conselheiros também podiam criar um regimento interno para organizar seus trabalhos.

Apesar de suas atribuições serem semelhantes às de um legislativo, havia uma diferença fundamental: o Conselho não tinha poder de decisão. Suas propostas e pareceres não eram obrigatórios. Ou seja, o prefeito podia aceitar ou ignorar as sugestões, tomando as decisões de forma independente.

Além disso, o próprio prefeito podia participar das reuniões e até presidi-las, o que reforçava ainda mais a concentração de poder em suas mãos.

Outro aspecto importante desse período é a falta de registros históricos. Não há documentação detalhada sobre o funcionamento desse Conselho, o que dificulta o estudo mais aprofundado dessa fase da história de Estrela.

Tudo indica que, na prática, o Conselho funcionava com um número reduzido de membros e tinha pouca influência real nas decisões do governo. Embora houvesse uma tentativa de representar diferentes grupos da sociedade, os conselheiros não eram escolhidos de forma democrática, mas sim nomeados pelas autoridades.

Esse período reflete um momento da história brasileira marcado pela centralização do poder e pela redução da participação popular. As decisões políticas deixaram de ser tomadas com base na escolha dos cidadãos e passaram a depender principalmente das autoridades nomeadas.

A experiência do Conselho Consultivo de Administração mostra como a ausência de eleições e de representação direta pode enfraquecer a democracia. Ao mesmo tempo, ajuda a compreender a importância da participação popular e das instituições democráticas na organização da sociedade.

Com o passar dos anos, o Brasil retomaria gradualmente o sistema democrático, permitindo novamente a eleição de representantes e a atuação de um Poder Legislativo independente.



Conclusão: Da Representação à Centralização e o Caminho de Volta à Democracia

A trajetória política de Estrela, ao longo das primeiras décadas do século XX, revela mudanças administrativas. Ela reflete, em escala local, os caminhos percorridos pelo próprio Brasil entre momentos de participação democrática e períodos de forte centralização do poder.

No início, com a existência do Conselho Municipal e das legislaturas eleitas, a população tinha a oportunidade de escolher seus representantes. Mesmo com limitações próprias da época, esse modelo permitia algum nível de participação popular nas decisões políticas.

No entanto, com as transformações trazidas pela Revolução de 1930 e, posteriormente, pelo fortalecimento do governo de Getúlio Vargas, esse cenário mudou profundamente. A substituição dos órgãos legislativos por Conselhos Consultivos marcou uma ruptura com a democracia local. Os representantes deixaram de ser escolhidos pelo povo e passaram a ser nomeados pelas autoridades, reduzindo significativamente a participação da sociedade.

Os Conselhos Consultivos, tanto em suas primeiras versões quanto no modelo criado em 1939, tinham atuação limitada. Sua função era apenas aconselhar, sem poder real de decisão. Isso concentrava o poder nas mãos do prefeito e, indiretamente, dos governos estadual e federal.

Esse período mostra como a democracia se enfraquece quando não há eleições livres, quando não existe equilíbrio entre os poderes e quando a população não participa das decisões. Ao mesmo tempo, deixa claro que a forma como um município é organizado politicamente depende diretamente do que acontece no cenário nacional.

A retomada da democracia não aconteceu de forma imediata. Foi um processo lento, construído ao longo dos anos, até que o direito ao voto e à representação fosse restabelecido. Mesmo

assim, a história mostra que esses direitos nem sempre são permanentes, podendo ser interrompidos e, posteriormente, reconquistados.

Compreender essa trajetória é fundamental para valorizar a democracia nos dias atuais. A participação política, o direito ao voto e a existência de instituições representativas são conquistas importantes, que resultam de um longo processo histórico.

A história de Estrela, nesse sentido, não é apenas local. Ela é parte da história do Brasil e ajuda a entender como as decisões políticas moldam a vida da sociedade.

RETORNO DA DEMOCRACIA E NOVAS TRANSFORMAÇÕES

15ª Legislatura da Câmara de Vereadores de Estrela: O Retorno da Democracia em Estrela (1947–1951)

A 15ª Legislatura da Câmara de Vereadores de Estrela, entre 1947 e 1951, marca um período de grande importância na história do município: o retorno da democracia. Após anos de governo centralizado durante o Estado Novo, os brasileiros voltaram a escolher seus representantes por meio do voto, em um processo que se estendeu por todo o país. A queda de Getúlio Vargas, em 1945, abriu caminho para a redemocratização e para a promulgação da Constituição de 1946, permitindo que os partidos políticos atuassem legalmente e que as eleições municipais fossem retomadas.

No Rio Grande do Sul, esse período foi marcado por intensos debates políticos, com lideranças defendendo melhores condições para trabalhadores, enquanto grupos conservadores ligados ao setor empresarial buscavam organizar-se politicamente. Em Estrela, a eleição municipal de 15 de novembro de 1947 definiu o prefeito Oscar Leopoldo Kasper e os nove vereadores que comporiam a Câmara Municipal, conforme estabelecia a Constituição da época.

Foram eleitos os seguintes vereadores: Alberto Schmitz, de Roca Sales, que assumiu a presidência da Câmara; Adolfo Lautert, da linha Glória; Wilibaldo Wiethölter, de Beija-Flor; Ruben Gerhardt, de Estrela; João José Horn, comerciante em Estrela; Ewaldo Ahlert, comerciante em Teutônia; Fridolino Staphenhorst, comerciante em Colinas; João Spies, de Roca Sales; e Irineo d’Anunzio Rota, de Roca Sales. Essa composição revela

a diversidade de representantes, abrangendo diferentes localidades e setores da sociedade, e evidencia a retomada do pluralismo político no município.

Entre os eleitos, destacou-se Alberto Schmitz, que, com experiência na vida pública e formação como professor, assumiu a presidência da Câmara e desempenhou papel central na reorganização do Legislativo municipal após o período sem democracia. Outro destaque foi Irineo d'Anunzio Rota, o vereador mais votado da eleição, embora por questões locais não tenha assumido a presidência da Câmara, que permaneceu com Schmitz.

Apesar do retorno das eleições, o processo político ainda apresentava limitações: as candidaturas eram muitas vezes definidas previamente nas convenções partidárias por grupos restritos, cabendo ao eleitor apenas a escolha final. Mesmo assim, a 15ª Legislatura representou um avanço significativo, com a retomada da representação popular, o fortalecimento do debate político e a instalação de uma Câmara atuante.

Embora haja registros divergentes sobre a data exata de posse da nova Câmara, alguns documentos indicam que ela ocorreu ainda em novembro de 1947. A 15ª Legislatura simboliza, portanto, um recomeço para Estrela: após anos de centralização do poder, o município voltava a contar com um Legislativo ativo, formado por representantes escolhidos diretamente pela população e comprometidos com a consolidação da democracia.

16ª Legislatura da Câmara de Vereadores de Estrela (1951–1955)

A 16ª Legislatura da Câmara de Vereadores de Estrela, entre 1951 e 1955, ocorreu em um período de equilíbrio político e intensa participação partidária, refletindo um momento importante da democracia brasileira, quando diferentes grupos disputavam espaço e influência tanto no país quanto nos municípios.

Nas eleições municipais realizadas em 1º de novembro de 1951, foi eleito prefeito Adão Henrique Fett, e a Câmara de

Vereadores passou a ter uma composição equilibrada entre os principais partidos da época. Um dos movimentos políticos que marcou o período foi o “Queremismo”, que defendia a volta de Getúlio Vargas ao poder, fortalecendo o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que conseguiu eleger três vereadores. O Partido Libertador (PL), representando forças políticas tradicionais, também conquistou três cadeiras, enquanto o Partido Social Democrático (PSD), mesmo fazendo parte da coligação que elegeu o prefeito, elegeu três vereadores, mantendo o equilíbrio entre os três principais partidos.

Foram eleitos os seguintes vereadores: Prof. Alberto Schmitz, que assumiu a presidência da Câmara; Olívio Dahmer, vice-presidente; João Spies, secretário; Dr. Ito João Snel, líder do governo e também presidente; Prof. Guillebaldo Ahlert; Prof. Edvino Schneider; Dr. Renato Alves de Oliveira; Beno Gaussmann; e Érico Driemeyer. Na ausência de registros completos, sabe-se que alguns suplentes também chegaram a assumir, como Wilibaldo Wiethölter, Adolfo Lautert, José Frontino Braun e Osvino Walter Tende, mostrando a flexibilidade da composição da Câmara durante a legislatura.

89

Entre os vereadores, havia professores, comerciantes e profissionais liberais, o que garantia diversidade de experiências e setores representados. A alternância de funções também era comum: em 1955, por exemplo, o Dr. Ito João Snel assumiu temporariamente a chefia do Poder Executivo municipal, reforçando a dinâmica entre Legislativo e Executivo.

A 16ª Legislatura representa um período de consolidação da democracia em Estrela, marcado pelo equilíbrio entre partidos, pluralidade de ideias e pelo diálogo necessário para a tomada de decisões. Esse período ajuda a compreender como a política municipal se estruturou ao longo do tempo, fortalecendo as instituições democráticas e garantindo a participação de diferentes grupos na vida do município.

17ª Legislatura da Câmara de Vereadores de Estrela (1956–1959)

A 17ª Legislatura da Câmara de Vereadores de Estrela, compreendida entre 1956 e 1959, ocorreu em um período de intensas transformações políticas no Brasil. Os acontecimentos nacionais, especialmente após a morte de Getúlio Vargas em 1954, influenciaram diretamente o cenário político local.

Nesse contexto, os partidos buscavam se reorganizar e fortalecer sua atuação. Em Estrela, as reuniões partidárias passaram a contar com maior participação, refletindo o crescente interesse da população nas eleições e nos rumos do município. Um exemplo disso foi a ampliação do número de participantes em convenções, evidenciando o fortalecimento das estruturas políticas locais.

A campanha eleitoral de 1955 foi marcada por disputas entre diferentes grupos, cada qual buscando ampliar sua representação. Ao final desse processo, nas eleições municipais realizadas em 3 de outubro de 1955, foi eleito prefeito Aloysio Valentim Schwertner.

A nova Câmara de Vereadores apresentou uma composição diversificada no município. Foram eleitos os vereadores Dr. Ito João Snel, Renato Alves de Oliveira, Evaldo Velho Osório, Guillebaldo Ahlert, Aloysio Pedro Knecht, Oscar Leopoldo Kasper, Oscar Willy Schwambach, Willibaldo Wiethölter e Ivo José Hoss. Essa diversidade indicava a presença de diferentes correntes de pensamento no Legislativo, exigindo diálogo constante e capacidade de articulação para a condução dos trabalhos.

Entre os vereadores, destacaram-se lideranças importantes, como o Dr. Ito João Snel, que atuou como líder da oposição, e Renato Alves de Oliveira, como líder do governo. A presidência da Câmara ficou a cargo de Aloysio Pedro Knecht, que desempenhou papel relevante na condução dos trabalhos legislativos ao longo do período.

Outro fato marcante ocorreu em 1959, quando Knecht assumiu temporariamente o cargo de prefeito. A situação se deu

em razão das férias do titular e do falecimento do vice-prefeito Alfredo Driemeier, demonstrando como, naquele contexto, o presidente do Legislativo podia ser chamado a garantir a continuidade administrativa do município.

A composição da Câmara também revela estratégias e acomodações políticas entre diferentes grupos, evidenciando um ambiente de negociação constante. A presença de lideranças oriundas de distintas correntes reforça o caráter plural da legislatura.

A 17ª Legislatura representa, assim, um momento de consolidação da democracia em Estrela, marcado pelo fortalecimento das instituições, pela ampliação da participação política e pela atuação de lideranças que ajudaram a moldar os rumos do município.

Esse período evidencia, de forma clara, como a política local dialogava com o cenário nacional, ao mesmo tempo em que construía sua própria dinâmica, baseada nas necessidades, lideranças e decisões que impactavam diretamente a vida da população estrelense.

18ª Legislatura da Câmara de Vereadores de Estrela (1959–1963)

A 18ª Legislatura da Câmara de Vereadores de Estrela, compreendida entre 31 de dezembro de 1959 e 31 de dezembro de 1963, transcorreu em meio a um cenário de intensa participação política no município e de crescente instabilidade no contexto nacional. As eleições municipais de 8 de novembro de 1959 foram marcadas por forte mobilização e disputa, refletindo o interesse da população e das diferentes siglas partidárias na definição dos rumos da cidade.

O resultado das urnas evidenciou a pluralidade política de Estrela. Foram eleitos vereadores como Aloysio Pedro Knecht, Aloysio Valentim Schwertner, Guillebaldo Ahlert, Werno Hetzel, Bruno Tiggemann, Werno Kich, Werno Dreyer, Romeu

Milton Wagner, Lucildo Schaeffer e Ervino Stoll. Essa diversidade refletia a presença de múltiplas correntes de pensamento no Legislativo municipal, assim como a representatividade de distintas localidades, como Estrela, Corvo e Languiru.

Ao longo da legislatura, a presidência da Câmara foi exercida de forma alternada, baseada em acordos e rearranjos internos. Ervino Stoll presidiu o Legislativo em 1960, seguido por Werno Kich em 1961, Werno Dreyer em 1962 e Guillebaldo Ahlert em 1963.

Embora a organização política local fosse evidente, o Brasil atravessava um período de profundas incertezas. Em 25 de agosto de 1961, o presidente Jânio Quadros renunciou inesperadamente, desencadeando uma crise institucional. Após treze dias de tensão, o vice-presidente João Goulart assumiu o cargo sob um regime parlamentarista, que limitava seus poderes. Posteriormente, com o retorno ao presidencialismo, Goulart passou a governar com plenas atribuições até 31 de março de 1964, quando foi deposto pelo movimento militar.

Mesmo diante desse cenário conturbado, a Câmara de Vereadores de Estrela manteve suas atividades, assegurando a representação política da população e a continuidade das decisões no âmbito local. A 18ª Legislatura permanece como um importante registro de participação democrática no município.

Os acontecimentos nacionais repercutem diretamente na vida política local, influenciando instituições, lideranças e o próprio funcionamento da democracia.

Da Redemocratização à Ruptura: Estrela entre 1947 e 1963

O período que vai da 15ª à 18ª Legislatura da Câmara de Vereadores de Estrela representa uma fase de reconstrução, desenvolvimento e, ao mesmo tempo, de instabilidade política. Esses anos mostram como a democracia foi retomada após o Estado Novo, consolidada gradualmente e, mais uma vez, colocada em risco no cenário nacional.

Com a redemocratização iniciada em 1945, Estrela voltou a eleger seus representantes. A 15ª Legislatura simboliza esse começo, com a reorganização dos partidos políticos e a retomada do Poder Legislativo municipal. Mesmo com limitações, como a forte influência dos grupos partidários na escolha dos candidatos, a população voltou a participar por meio do voto.

Na 16ª Legislatura, o cenário político tornou-se mais equilibrado. Diferentes partidos passaram a ter forças semelhantes dentro da Câmara, o que exigia diálogo e negociação para a tomada de decisões. Esse equilíbrio demonstra o amadurecimento da prática democrática no município.

Já na 17ª Legislatura, observa-se uma maior diversidade partidária e o fortalecimento das lideranças locais. A política municipal acompanhava os acontecimentos nacionais, especialmente após a morte de Getúlio Vargas, que marcou profundamente a vida política brasileira. A presença de situação e oposição bem definidas indicava um funcionamento mais estruturado do sistema democrático.

A 18ª Legislatura, por sua vez, ocorreu em um contexto de crescente instabilidade no Brasil. A renúncia do presidente Jânio Quadros, em 1961, e a posse conturbada de João Goulart revelaram as tensões políticas que se intensificavam no país. Mesmo assim, em Estrela, a Câmara de Vereadores manteve sua atuação, com participação de diferentes partidos e alternância na presidência.

Esse conjunto de legislaturas mostra uma trajetória de construção democrática no município, com avanços na representatividade, na organização partidária e na atuação do Poder Legislativo.

No entanto, esse processo foi interrompido em nível nacional com o golpe militar de 1964. A ruptura democrática afetou todo o país, limitando novamente a participação política e alterando o funcionamento das instituições.

Assim, a história de Estrela nesse período revela não apenas o desenvolvimento local, mas também sua ligação direta com os

acontecimentos do Brasil. A democracia, como se percebe, não é permanente: ela precisa ser construída, fortalecida e defendida continuamente.

Compreender essa trajetória é essencial para valorizar os direitos políticos e a importância da participação cidadã na vida pública.

19ª Legislatura da Câmara de Vereadores de Estrela (1963–1969)

A 19ª Legislatura da Câmara de Vereadores de Estrela, entre 1963 e 1969, ocorreu em um dos períodos mais marcantes da história do Brasil. Iniciada ainda sob um regime democrático, essa legislatura atravessou a ruptura institucional provocada pelo movimento militar de 1964, passando a conviver com novas regras políticas e limitações à participação popular.

Nas eleições municipais de 10 de novembro de 1963, com o retorno de Adão Henrique Fett à Prefeitura, foram eleitos onze vereadores, ampliando a composição da Câmara Municipal: Dr. Rogério Nonnenmacher; José Freitas Bello; Arnildo Knebel; Pedro Eugênio Horn; Raymundo Lagemann; Gustavo Adolfo Simon; Seno Dreyer; Lucildo Schaeffer; Helmuth Brackmann; Dr. José Lino Eloy; Romeu Wagner. Esse grupo teve papel importante na condução dos trabalhos legislativos em um momento significativo da história política do município.

Com a mudança do cenário político nacional após 1964, esses vereadores passaram a atuar dentro de um novo sistema: o bipartidarismo. Os partidos existentes foram extintos e substituídos pela ARENA, que apoiava o governo, e pelo MDB, que representava a oposição permitida.

Na prática, isso resultou em um desequilíbrio de forças dentro da Câmara de Estrela. A maioria dos vereadores passou a integrar a ARENA, enquanto uma minoria compunha o MDB. Esse cenário refletia a realidade nacional, onde a oposição tinha espaço reduzido e enfrentava vigilância, inclusive por órgãos como o DOPS.

Mesmo com a limitação de apenas dois partidos, existiam diferentes correntes internas, chamadas de sublegendas, tanto na ARENA quanto no MDB. Isso demonstrava que, apesar das restrições, a diversidade de ideias políticas ainda se manifestava de forma indireta.

Entre os vereadores, destacou-se, José Freitas Bello, que exerceu a presidência da Câmara em diferentes momentos da legislatura, assim como Gustavo Adolfo Simon, que também ocupou a presidência em 1967.

Apesar do contexto político restritivo, a Câmara de Vereadores manteve sua atuação institucional. Durante essa legislatura, foram discutidas e aprovadas importantes medidas para o município, como a nova Lei Orgânica, adaptada à Constituição de 1967, o Código de Posturas e a reestruturação do quadro funcional da Prefeitura.

A 19ª Legislatura representa, portanto, um período de transição. Iniciada sob a democracia, ela se desenvolveu sob um regime autoritário, exigindo adaptação das lideranças locais às novas regras impostas pelo governo.

Compreender esse período é fundamental para entender como a política municipal de Estrela foi influenciada pelos acontecimentos nacionais, mostrando que as decisões tomadas em nível federal impactam diretamente a organização e o funcionamento das instituições locais.

20ª Legislatura da Câmara de Vereadores de Estrela (1969–1973)

A 20ª Legislatura da Câmara de Vereadores de Estrela, entre 1969 e 1973, aconteceu em pleno período do regime militar no Brasil. Esse momento da história foi marcado por restrições à democracia, controle político e limitações à participação popular.

As eleições municipais de 15 de novembro de 1968 ocorreram dentro desse novo sistema político. Embora ainda houvesse votação, os partidos estavam limitados a apenas dois: a ARENA,

que apoiava o governo militar, e o MDB, que representava a oposição permitida.

Em Estrela, o processo eleitoral contou com grande participação da população. Dos 13.758 eleitores, 12.999 compareceram às urnas, registrando um baixo índice de abstenção. Esse dado mostra que, mesmo em um período difícil, o interesse pela política local permanecia significativo.

Foram eleitos nove vereadores, sendo cinco da ARENA e quatro do MDB. Pela ARENA, foram eleitos Günther Ricardo Wagner, Elton Klepker, Guillebaldo Ahlert, José Balensifer e José Freitas Bello. Já pelo MDB, foram eleitos Odilo Afonso Thomé, Syrio Schaeffer, Werno Schwingel e Siegfried Klein.

Além dos titulares, diversos suplentes participaram do processo eleitoral e poderiam assumir em caso de vacância. Entre eles estavam Willy R. Zimmermann, Seno Dreyer, Godofredo Lagermann, Norberto Jasper, Érico G. Sauer, Rudi Wallauer, Orlando Schäffer, Abel L. dos Santos, Armando Anschau, Pedro Eugênio Horn, Attilo Schneider, Lauro Scheeren, Eduardo Souza, José Walmor Fernandes, José U. Plentz e Erny Schwambach. Registra-se que Seno Dreyer chegou a assumir o cargo em junho de 1970.

Entre os vereadores eleitos, destacou-se José Freitas Bello, que assumiu a presidência da Câmara no início da legislatura. Posteriormente, Günther Ricardo Wagner também exerceu a presidência, garantindo a continuidade dos trabalhos legislativos.

No cenário nacional, o Brasil vivia anos de forte repressão política. Em 1968, foi decretado o Ato Institucional nº 5 (AI-5), que ampliou os poderes do governo militar, restringindo direitos e aumentando o controle sobre a sociedade.

Mesmo com essas limitações, os municípios continuaram a funcionar administrativamente. Em Estrela, a Câmara de Vereadores seguiu atuando, discutindo temas importantes para a organização e o desenvolvimento da cidade.

A 20ª Legislatura representa, portanto, um período de adaptação da política local a um contexto nacional autoritário. A

participação popular existia, mas de forma limitada, e as decisões estavam condicionadas ao sistema político vigente.

Compreender esse período é fundamental para valorizar a democracia atual e reconhecer a importância da participação cidadã na construção da sociedade.

21ª Legislatura da Câmara de Vereadores de Estrela (1973–1977)

A 21ª Legislatura da Câmara de Vereadores de Estrela, que se estendeu de 31 de janeiro de 1973 a 31 de janeiro de 1977, aconteceu em um período de mudanças importantes para a política municipal. Com base na Lei Estadual n.º 6.327, que determinava o número de vereadores de cada cidade de acordo com a quantidade de eleitores, Estrela aumentou sua representação de 11 para 13 cadeiras, decisão aprovada pelo próprio Legislativo em 12 de julho de 1972. Naquele momento, a cidade contava com cerca de 16.533 eleitores.

As eleições municipais de 15 de novembro de 1972 registraram 40 candidatos à vereança, e compareceram às urnas 16.161 eleitores, representando uma abstenção de apenas 5,7%. O novo prefeito eleito foi Gabriel Aloísio Mallmann, e a disputa para a Câmara refletiu a diversidade política do município, com representantes de dois partidos principais: o MDB e a ARENA.

Foram eleitos os seguintes vereadores: José Walmor Fernandes; Syrio Schaeffer; Orlando Schaeffer; Norberto Jasper; Pedro Eugênio Horn; Siegfried Klein; Gernot Costa; José Adão Braun; Willy Ruben Zimmermann; Rúdi Wallauer; Arnildo Dahmer; Dr. Hércio Pêgas; Ary Hermann. Além desses, Alfredo Ignácio Barth atuou como vereador suplente entre 1974 e 1975.

No período de 31 de janeiro de 1973 a 31 de janeiro de 1977, a presidência da Câmara de Vereadores de Estrela foi exercida por Orlando Schäffer, nos anos de 1973 e 1974, sendo sucedido por José Walmor Fernandes, que conduziu os trabalhos legislativos em 1975 e 1976. Durante essa gestão, ambos

contribuíram para a organização e continuidade das atividades do Legislativo municipal.

A composição da Câmara apresentava um equilíbrio entre os dois partidos. O MDB elegeu vereadores que ocuparam os principais cargos da Mesa Diretora, como presidente, vice-presidente e secretário, enquanto a ARENA também teve representantes de destaque e desempenhou papel importante na oposição e na fiscalização do governo. Essa organização permitiu debates e decisões mais consistentes dentro do Legislativo, refletindo a pluralidade política de Estrela na década de 1970.

A 21ª Legislatura representa um momento de maturidade política em Estrela. A Câmara cresceu em número de membros, incorporou novas lideranças e manteve um funcionamento que permitiu a participação de diferentes correntes políticas. Além disso, a atuação dos vereadores refletiu o compromisso com a população, contribuindo para a tomada de decisões que impactaram diretamente o município.

98

Essa legislatura também destaca a importância do voto e da participação cidadã, com ampla presença nas urnas e a escolha de representantes que ajudaram a fortalecer a democracia local. A história da 21ª Legislatura mostra que, mesmo em períodos de transição política, o diálogo e o equilíbrio entre os grupos são essenciais para o bom funcionamento das instituições.

22ª Legislatura da Câmara de Vereadores de Estrela (1977–1983)

A 22ª Legislatura da Câmara de Vereadores de Estrela, que se estendeu de 31 de janeiro de 1977 a 31 de janeiro de 1983, ocorreu em um período de grande transformação política no Brasil e no município. O pleito municipal de 15 de novembro de 1976 contou com 19.731 eleitores, elegendo Hélio Musskopf para prefeito e definindo os representantes da população na Câmara, que passou a ter 13 cadeiras. Para essas vagas, concorreram 53

candidatos: 24 pela ARENA e 29 pelo MDB, demonstrando a intensa disputa política da época.

Foram eleitos os seguintes vereadores: Renato José Wagner, Syrio Schaeffer, Egon Édio Hoerlle, Arnaldo Guilherme Rex, Nair Maria Fischer, Ary Herrmann, Alfredo Ignácio Barth, Olívio Heylmann, Willy Ricardo Wolf, José Adão Braun, José Walmor Fernandes, Gernot Costa e Reinaldo Silvestre Mallmann. Durante a legislatura, Reynoldo Silvestre Mallmann assumiu a Secretaria de Obras, e seu lugar foi ocupado pelo suplente Danilo Rückert.

A Mesa Diretora da Câmara também teve mudanças importantes ao longo do período: Reinaldo Silvestre Mallmann presidiu a Casa entre 1977 e 1978, José Walmor Fernandes assumiu nos anos de 1979 e 1980, e José Adão Braun conduziu os trabalhos de 1981 a 1983. Além disso, Nair Maria Fischer atuou como secretária, exercendo papel importante na organização das sessões.

Este período foi marcado por transformações significativas no cenário político nacional. Durante a legislatura, o governo militar extinguiu o bipartidarismo: os vereadores da ARENA passaram para o Partido Democrático Social (PDS), e os do MDB se reorganizaram, dando origem ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e ao Partido Democrático Trabalhista (PDT). Em 1979, surge também o Partido dos Trabalhadores (PT), ainda em processo de consolidação em Estrela.

Entre 31 de janeiro de 1981 e 31 de janeiro de 1983, o governo federal ampliou o mandato dos vereadores sem que houvesse eleições diretas, criando um período atípico na história política de Estrela. Como o mandato em regime democrático só pode ser obtido por meio do voto popular, os vereadores que atuaram nesse intervalo ficaram conhecidos como “biônicos”, pois exerceram suas funções sem legitimidade conquistada nas urnas. Esse episódio evidencia as limitações da democracia durante o regime militar e mostra como a política local foi impactada por

decisões tomadas em nível nacional, afetando temporariamente a representatividade do Legislativo municipal.

Outro marco importante da 22ª Legislatura foi a mudança de sede da Câmara de Vereadores, que passou a funcionar no prédio nº 353 da Rua Dr. Flores. Essa mudança proporcionou maior autonomia e visibilidade ao Poder Legislativo, fortalecendo a atuação dos vereadores e sua relação com a população.

A 22ª Legislatura representa, portanto, um período de transição entre o controle militar e o início da retomada da democracia, com eleições, mudanças partidárias, atuação de vereadores eleitos e suplentes, e a consolidação de instituições municipais que garantiam a participação da população nos debates e decisões políticas de Estrela.

CAPÍTULO X

REDEMOCRATIZAÇÃO E EXPANSÃO DO LEGISLATIVO

23ª Legislatura da Câmara de Vereadores de Estrela (1983–1988)

Com o retorno de Gabriel Aloísio Mallmann à Prefeitura de Estrela, em 15 de novembro de 1982, foram eleitos os vereadores que formariam a 23ª Legislatura, com mandato de 1º de fevereiro de 1983 a 31 de dezembro de 1988. Entre eles estavam Darci Kaplan, Almiro Arnaldo Lohmann, Renato José Wagner, Adauto de Azevedo, Reinaldo Silvestre Mallmann, Vítor Maurício Horn, Pedro Antônio Barth, Néelson Danilo Knack, Lilian Fleck Lengler, Ary Herrmann, Elmar André Schneider, Airton Böhmer e Dr. Francisco Paulo de Oliveira.

Na 23ª Legislatura, compreendida entre 1º de fevereiro de 1983 e 31 de dezembro de 1988, a presidência da Câmara de Vereadores de Estrela foi exercida por Renato José Wagner nos períodos de 1983 e 1984, retornando ao cargo em 1987 e 1988. Nos anos intermediários, de 1985 e 1986, a presidência esteve sob a responsabilidade do Dr. Francisco Paulo de Oliveira.

Durante o mandato, algumas mudanças aconteceram na composição da Casa. Darci Kaplan renunciou à vereança em 1985 para assumir novamente a subprefeitura de Arroio da Seca. Para preencher essas vagas, assumiram suplentes do PMDB, como Elimar Rex, Arno Roque Diehl e Luís Carlos Führ, garantindo a continuidade dos trabalhos legislativos.

O final da legislatura também trouxe mudanças políticas importantes. Em 25 de junho de 1988, ano da promulgação da nova Constituição Brasileira, um grupo de dissidentes

do PMDB fundou o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). O tucano, ave típica do Brasil, foi escolhido como símbolo do partido, que teve entre seus principais líderes os senadores Fernando Henrique Cardoso e Mário Covas.

A 23ª Legislatura, portanto, representou um período de transição e consolidação democrática em Estrela, marcado pelo contexto histórico em que o país renovava suas leis e fortalecia a democracia.

24ª Legislatura da Câmara de Vereadores de Estrela (1989–1992)

A 24ª Legislatura da Câmara de Vereadores de Estrela teve início em 1º de janeiro de 1989 e se estendeu até 31 de dezembro de 1992. Essa legislatura aconteceu em um período de consolidação democrática no Brasil, após a promulgação da Constituição Federal de 1988, e teve como contexto principal a elaboração da nova Constituição Municipal, conhecida como Lei Orgânica do Município, que estabeleceu as bases legais para a administração e o funcionamento de Estrela.

No pleito municipal de 15 de novembro de 1988, foi eleito Leonildo José Mariani como prefeito, e para a Câmara de Vereadores foram eleitos os seguintes representantes: Belkis Carolina Calsa, João Aleixo Akwa, Maria Regina Oliveira Freitas, Írio Brune, Natalício Edvino Horn, Almiro Arnaldo Lohmann, Ênio Adolfo Lautert, presidente da Constituinte, João Roberto Frielink, Dr. Francisco Paulo de Oliveira, Jamir Ramos da Silva, Paulo Roberto Berti, Ademar Dadall e Pedro Antônio Barth. Durante a legislatura, com a renúncia de Francisco Paulo de Oliveira, assumiu o suplente Dr. Gustavo Adolfo Simon, garantindo a continuidade dos trabalhos da Câmara.

Na 24ª Legislatura, compreendida entre 1º de janeiro de 1989 e 31 de dezembro de 1992, a presidência da Câmara de Vereadores de Estrela foi exercida de forma anual por diferentes lideranças: Írio Brune em 1989, Dr. Francisco Paulo de Oliveira

em 1990, Paulo Roberto Berti em 1991 e Ênio Adolfo Lautert em 1992. Essa alternância refletiu a dinâmica do Legislativo municipal no período, garantindo a continuidade dos trabalhos e a representatividade entre os vereadores.

A elaboração da Lei Orgânica foi o principal destaque desta legislatura. Este documento é fundamental para o município, pois funciona como a “Constituição municipal”, definindo as competências do Executivo e do Legislativo, os direitos e deveres dos cidadãos, e as regras para o funcionamento da administração pública local. A participação popular foi essencial nesse processo, com debates e consultas que permitiram aos cidadãos colaborar com a construção das normas que guiariam a cidade. A Lei Orgânica foi finalmente promulgada em 4 de abril de 1990, sob a presidência de Ênio Adolfo Lautert, consolidando a estrutura legal e administrativa de Estrela.

Além da Constituição Municipal, a 24ª Legislatura desenvolveu trabalhos legislativos regulares, debatendo projetos e resoluções voltados à melhoria da cidade e da qualidade de vida da população. A Câmara atuou como espaço de representação, diálogo e fiscalização, garantindo que os interesses da comunidade fossem discutidos de forma democrática.

Dessa forma, a 24ª Legislatura se destacou principalmente pelo papel histórico que desempenhou na construção da Lei Orgânica de Estrela, fortalecendo a democracia local e criando instrumentos legais para orientar o desenvolvimento do município nas décadas seguintes.

25ª Legislatura da Câmara de Vereadores de Estrela (1993–1996)

A 25ª Legislatura da Câmara de Vereadores de Estrela ocorreu de 1º de janeiro de 1993 a 31 de dezembro de 1996, período em que Günther Ricardo Wagner foi eleito prefeito no pleito municipal de 3 de outubro de 1992. A legislatura foi marcada por intensa atividade parlamentar, mas também por um fenô-

meno político inédito na cidade: o grande número de trocas partidárias entre os vereadores.

Os vereadores eleitos para compor esta legislatura foram Carli Reinaldo Rücker, José Inácio Birck, Jaci Inácio Hauschild, Renato Alfredo Horn, Pedro Antônio Barth, Nardi Afonso da Silva, Gilberto Fensterseifer, Natalício Edvino Horn, João Carlos Ferreira, Adão Dias de Freitas, Paulo Roberto Berti, João Aleixo Akwa e Irineu Haberkamp.

Na 25ª Legislatura, compreendida entre 1º de janeiro de 1993 e 31 de dezembro de 1996, a presidência da Câmara de Vereadores de Estrela foi exercida de forma anual por diferentes representantes: Pedro Antônio Barth em 1993, Nardi Afonso da Silva em 1994, Carli Reinaldo Rücker em 1995 e José Inácio Birck em 1996. Essa alternância evidenciou a participação plural no comando do Legislativo, assegurando a continuidade administrativa e o equilíbrio na condução dos trabalhos.

Durante o mandato, várias mudanças ocorreram em razão de mudanças de legenda: José Inácio Birck trocou do PDT para o PL; Renato Alfredo Horn do PDT para o PPB; Nardi Afonso da Silva do PDT para o PL; Gilberto Fensterseifer do PMDB para o PL; João Carlos Ferreira do PSDB para o PMDB; e Paulo Roberto Berti do PDT para o PMDB.

O fenômeno das trocas de partido não se restringiu a Estrela. Entre 1994 e 1998, cerca de 64% dos deputados federais também mudaram de legenda, refletindo um movimento nacional que influenciou a política local, especialmente com a ascensão do Partido Liberal na cidade. Esse contexto de “festival de troca de partidos” exigiu dos vereadores habilidade para manter a estabilidade na Câmara e garantir a continuidade das decisões legislativas.

Além das movimentações partidárias, a legislatura também contou com momentos de substituições temporárias. Darci José Barth, por exemplo, poderia ter assumido como titular, mas optou pelo cargo de secretário de Obras, contribuindo para a administração municipal de outra forma.

A 25ª Legislatura, portanto, se destacou pelo dinamismo político e pela adaptação da Câmara de Vereadores a um cenário de mudanças rápidas e intensas, refletindo transformações que ocorriam tanto em Estrela quanto em todo o país.

26ª Legislatura da Câmara de Vereadores de Estrela (1997–2000)

A 26ª Legislatura da Câmara de Vereadores de Estrela teve início em 1º de janeiro de 1997 e se estendeu até 31 de dezembro de 2000, período em que Leonildo José Mariani retornou à Prefeitura. As eleições municipais de 3 de outubro de 1996 definiram os representantes que conduziram os trabalhos legislativos durante esses quatro anos. Foram eleitos Jaci Inácio Hauschild, Renato Alfredo Horn, José Léo Käfer, Dorli Maria Schneider, Luiz Fernando Schneider, Nardir Rosemundo Steffens, Paulo Floriano Scheeren, Mirtis Cecília Musskopf, João Aleixo Akwa, Paulo Roberto Gregory, Nardi Afonso da Silva, Gilberto Fensterseifer e Ademar Dadall.

Ao longo da legislatura, a presidência da Câmara foi alternando entre Ademar Dadall, Jaci Inácio Hauschild e Gilberto Fensterseifer, demonstrando um rodízio de responsabilidades entre os vereadores. A Mesa diretora destacou-se pela austeridade na gestão dos recursos públicos.

Durante o mandato, o Legislativo acompanhou e aprovou importantes decisões orçamentárias e políticas municipais. O Orçamento de 2001, aprovado com a abstenção de Paulo Gregory, do PT, refletiu o compromisso da Câmara com a transparência e o controle financeiro. O vereador justificou seu voto destacando que o projeto repetia valores do ano anterior e não contava com a participação de todos os secretários no processo de elaboração.

A última sessão da legislatura foi marcada por um clima de despedida e celebração dos resultados alcançados. Renato Horn destacou a construção de cerca de 500 casas populares durante

o mandato. O prefeito Leonildo José Mariani parabenizou os edis, ressaltando que a Câmara manteve economia exemplar: nenhuma diária foi cobrada pelos vereadores.

A 26ª Legislatura, portanto, ficou marcada pelo equilíbrio, austeridade e compromisso social, consolidando um período de gestão eficiente e transparência no Poder Legislativo de Estrela.

27ª Legislatura da Câmara de Vereadores de Estrela (2001–2004)

A 27ª Legislatura da Câmara de Vereadores de Estrela teve início em 1º de janeiro de 2001, com mandato se estendendo até 31 de dezembro de 2004. Nas eleições municipais de 3 de outubro de 2000, participaram 18.060 eleitores, que escolheram o prefeito Dr. Geraldo Fernando Mânica e os vereadores que conduziriam os trabalhos legislativos.

Foram eleitos os seguintes vereadores: Paulo Floriano Scheeren (PMDB, depois PPS), que assumiu a presidência; Luiz Fernando Schneider (PMDB); Larri Antônio Schwingel (PMDB); Nardi Afonso da Silva (PL); Francisco Miguel da Costa (PPB); Jaci Inácio Hauschild (PPB), como vice-presidente; Gilberto Fensterseifer (PL); Renato Alfredo Horn (PPB); Ademar Dadall (PDT), como secretário; Joel Barcelos Mallmann (PSB); Vânia Maria Steffens Gregory (PMDB, depois PPS); Marco Antônio de Azevedo Bohnberger (PSDB); e Vilson José Francisco (PSDB), assumindo em 17 de janeiro de 2001.

Durante a legislatura, alguns vereadores suplentes assumiram cadeiras conforme a necessidade, garantindo a continuidade dos trabalhos legislativos. Entre eles, destacaram-se Belkis Carolina Calsa, Mirtis Cecília Musskopf, Darci José Barth, Pedro Antônio Barth, Edegar Luís Cabral, Dra. Irene Terezinha Heim da Silveira, Rudimar Hagemann, Clóvis Roberto Görden, Gustavo Scherer, José Itamar Alves.

A Mesa diretora da Câmara começou a legislatura com Paulo Floriano Scheeren como presidente, Jaci Inácio Hauschild como

vice-presidente, Ademar Dadall como secretário e Joel Barcelos Mallmann como líder do governo. O período foi marcado por equilíbrio na atuação dos vereadores, com atenção às normas legais e ao acompanhamento das políticas municipais. O vereador Joel Barcelos Mallmann assumiu a presidência em 2002.

Esta legislatura também refletiu a diversidade política e partidária do município, com vereadores atuando em diferentes partidos. A 27ª Legislatura de Estrela destacou-se pelo compromisso com a representação do povo e a condução criteriosa das decisões do Poder Legislativo.

CAPÍTULO XI

MODERNIZAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL

28ª Legislatura da Câmara de Vereadores de Estrela (2005–2008)

No início de 2005, tomou posse a nova Câmara de Vereadores, com solenidade presidida por Ademar Dadall (PDT). Os vereadores eleitos que prestaram juramento foram: João Luis Lenhard (PTB), Joel Barcelos Mallmann (PSB), José Itamar Alves (PV), Luiz Fernando Schneider (PMDB), Osmar Ferrari (PFL), Paulo Floriano Scheeren (PTB), Renato Alfredo Horn (PPS) e Valmor Griebeler (PT).

A eleição da Mesa Diretora ocorreu em chapa única, com dois votos em branco, e elegeu como presidente Paulo Floriano Scheeren, vice-presidente Valmor Griebeler e secretário José Itamar Alves.

Durante o mandato, ocorreram algumas mudanças temporárias na composição da Câmara. Joel Barcelos Mallmann e Renato Alfredo Horn licenciaram-se para assumir, respectivamente, as Secretarias de Administração e de Obras. Para ocupar suas vagas, assumiram os suplentes Maria Beatriz Plentz (PSB) e Gilberto Fensterseifer (PL), garantindo a continuidade das atividades legislativas.

A posse da 28ª Legislatura também se deu junto à eleição e à posse do prefeito Celso Brönstrup, que conduziu a administração municipal no período de 2005 a 2008, focando na melhoria da gestão, investimentos em infraestrutura e atendimento às demandas da população.

A Câmara seguiu com trabalhos voltados à representação da sociedade e à organização administrativa, mantendo o



compromisso com a transparência e a eficiência no serviço público.

Redução do Número de Vereadores em Estrela (2005–2008)

A diminuição do número de representantes da Câmara de Vereadores de Estrela na legislatura de 2005 a 2008 não foi uma decisão isolada do município, mas resultado de uma mudança jurídica em nível nacional. O Supremo Tribunal Federal (STF) entendeu que o número de vereadores deveria ter uma proporcionalidade mais precisa em relação à população, e não apenas seguir as faixas amplas que as cidades vinham utilizando até então.

Para aplicar essa decisão, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) publicou a Resolução nº 21.702, em 2004, estabelecendo uma tabela rigorosa para o número de cadeiras nas câmaras municipais. Com isso, cidades como Estrela, de acordo com sua população na época, foram enquadradas no limite de nove vereadores. Antes dessa determinação, municípios dessa faixa populacional muitas vezes mantinham 11 ou 13 vereadores com base em interpretações anteriores da Constituição.

Além do cumprimento da lei, a redução também teve um argumento político e social: a economia de recursos públicos. Menos vereadores significavam uma câmara municipal mais enxuta, reduzindo despesas com salários, diárias e estrutura administrativa, embora o orçamento total do Legislativo (o duodécimo) continue sendo calculado sobre a receita do município.

Curiosamente, anos depois, a Emenda Constitucional nº 58, de 2009, reorganizou essas faixas, permitindo que muitos municípios aumentassem novamente o número de cadeiras. É por isso que atualmente a Câmara de Vereadores de Estrela voltou a contar com 13 representantes.

O Cronograma da Câmara de Vereadores de Estrela e o Retorno aos 13 Membros

A composição da Câmara de Vereadores de Estrela passou por mudanças importantes a partir de 2005. Nesse ano, a 28ª Legislatura iniciou seus trabalhos com apenas 9 vereadores, em cumprimento à Resolução nº 21.702 do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que estabelecia um número máximo de cadeiras proporcional à população do município. Essa redução foi aplicada em centenas de cidades brasileiras, incluindo Estrela, como resultado de uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que exigiu rigor matemático na proporcionalidade do Legislativo municipal.

O número de 9 vereadores permaneceu durante a legislatura seguinte, de 2009 a 2012. Apesar da aprovação da Emenda Constitucional nº 58 em 2009, que reorganizou as faixas de representação e permitiu que cidades como Estrela aumentassem novamente o número de cadeiras, a mudança só poderia ser aplicada após o fim do mandato vigente. Ou seja, durante o período 2009–2012, a Câmara manteve-se com 9 representantes.

As eleições municipais de 2012 marcaram o início da aplicação prática da EC 58/2009 em Estrela. A Câmara alterou sua Lei Orgânica para prever 13 vagas, retornando à composição anterior à redução determinada pelo TSE. Com a posse dos eleitos em 1º de janeiro de 2013, a cidade retomou a representação plena de 13 vereadores, número que permanece até hoje.

Esse cronograma evidencia como as mudanças legais e constitucionais podem impactar diretamente a representação política local, equilibrando proporcionalidade e participação da população no processo legislativo. Também mostra que decisões jurídicas, embora fundamentais, nem sempre têm efeito imediato, sendo necessário seguir o calendário dos mandatos e pleitos municipais.



29ª Legislatura da Câmara de Vereadores de Estrela (2009–2012)

As eleições municipais de 2008 marcaram uma renovação significativa na Câmara de Vereadores de Estrela. Dos 09 vereadores eleitos, cinco assumiam pela primeira vez, enquanto outros retornavam após períodos fora do Legislativo, garantindo um equilíbrio entre experiência e renovação. Os vereadores eleitos foram: Aloísio Mallmann (PPS), José Itamar Alves (PTB), Gilberto Fensterseifer (PP), Jaci Hauschild (PP), Juarez Fülber (PPS), Joel Mallmann (PSB), Cristiano Nogueira da Rosa (PMDB), Marco Wermann (PT) e Marcelo Braun (PSDB).

A posse da nova Câmara ocorreu em janeiro de 2009, junto com a posse do prefeito Celso Brönstrup, que assumiu para o seu segundo mandato à frente da Prefeitura de Estrela. A eleição da Mesa Diretora da Câmara definiu José Itamar Alves como presidente, Marco Aurélio Wermann como vice-presidente e Cristiano Nogueira da Rosa como secretário. A chapa única recebeu sete votos favoráveis e contou com duas abstenções. Durante a legislatura, Joel Mallmann e Juarez Fülber assumiram funções na administração municipal, garantindo a continuidade das atividades legislativas através de suplentes que assumiram temporariamente seus lugares.

Entre as principais ações da Câmara nesse período, destacou-se a reforma administrativa interna, que incluiu a extinção do cargo de Diretora da Câmara e a criação do cargo de Supervisor Administrativo. Houve também atenção à acessibilidade, com reorganização das salas para facilitar o acesso do público e de portadores de deficiência, além da continuidade das sessões descentralizadas no interior do município e do atendimento ao público todas as segundas-feiras pelo presidente da Casa. O mandato também contou com assessoria de imprensa organizada.

A 29ª Legislatura, portanto, representou um período de renovação, transparência e modernização administrativa da Câmara de Vereadores de Estrela, mantendo o foco na eficiência e

na prestação de contas à população, enquanto o prefeito Celso Brönstrup iniciava seu segundo mandato, dando continuidade a projetos e ações de sua gestão.

30ª Legislatura da Câmara de Vereadores de Estrela (2013–2016)

A cerimônia de posse da 30ª Legislatura da Câmara de Vereadores de Estrela ocorreu na manhã de 1º de janeiro de 2013, em frente à Prefeitura Municipal. O evento marcou também a transmissão do Poder Executivo, com Carlos Rafael Mallmann (PMDB) assumindo a prefeitura, sucedendo Celso Brönstrup (PPS), e Valmor Griebeler (PT) tomando posse como vice-prefeito.

A Mesa Diretora para o biênio 2013-2014 foi eleita de forma unânime, em chapa única, composta por José Itamar Alves como presidente, Elio Jair Kunzler como vice-presidente e Marcelo Braun como secretário.

Os vereadores que assumiram seus mandatos foram: José Alves (PTB), Elio Jair Kunzler (PTB), Marcelo Braun (PSDB), Adriano Scheeren (PSB), Andreas Hamester (PP), Cristiano da Rosa (PMDB), Ernani de Castro (PMDB), Felipe Schosler (PPS), Lorena Hauschild (PR), Marco Wermann (PT), Nelson Tillwitz (PMDB), Paulo Scheeren (PPS) e Vanderlei Eidelwein (PR).

Durante os primeiros dias da legislatura, ocorreram ajustes na composição da Câmara devido à participação de dois vereadores no secretariado municipal. Marco Aurélio Wermann assumiu a Secretaria de Indústria e Comércio, e Cristiano Nogueira da Rosa passou a comandar a Secretaria de Habitação e Assistência Social. Para garantir a continuidade dos trabalhos legislativos, Gerson Adriano da Silva (PT) e Luiz Fernando Schneider (PMDB) assumiram temporariamente as vagas desses vereadores.

A 30ª Legislatura iniciou seu mandato com foco na representação da população, organização administrativa da Câmara



e manutenção da transparência nos atos do Legislativo. Sessões descentralizadas, atendimento ao público e ações voltadas à eficiência do serviço público foram prioridades desde o início do mandato, reforçando o compromisso com a gestão democrática e participativa em Estrela.

Este período também marca a retomada definitiva do número de 13 vereadores, que passou a vigorar a partir de 2013 após anos de redução em função de normas eleitorais nacionais. Dessa forma, a 30ª Legislatura consolida a Câmara Municipal em sua forma atual, garantindo ampla representação da população e continuidade da evolução institucional da cidade.

31ª Legislatura da Câmara de Vereadores de Estrela (2017–2020)

No dia 1º de janeiro de 2017, a cidade de Estrela, no Rio Grande do Sul, vivenciou um importante momento democrático: a solenidade de posse dos vereadores e da Prefeitura Municipal para o mandato 2017-2020.

Foram empossados treze vereadores, representantes de diferentes partidos políticos: Cristiano Nogueira da Rosa (PMDB), Darlã Bellini (PSB), Débora Martins (PMDB), Élio Jair Kunzler (PTB), Ernani Luis de Castro (PMDB), Felipe Schossler (PTB), João Braun (PP), José Itamar Alves (PTB), Marcelo Braun (PSDB), Márcio Mallmann (PP), Marco Aurélio Weremann (PV), Norberto Fell (PPS) e Volnei Zancanaro (PR).

Após a posse, a Câmara Municipal realizou a eleição da Mesa Diretora, sendo Ernani Luis de Castro eleito presidente. Ele foi o responsável por empossar o prefeito Rafael Mallmann e o vice-prefeito Valmor José Griebeler, reeleitos.

Com a posse do prefeito Carlos Rafael Mallmann, também houve a nomeação dos secretários municipais, responsáveis pelas principais áreas de administração da cidade: Educação, Saúde, Agricultura, Esportes e Lazer, Meio Ambiente, Fazenda, Desenvolvimento Social, Obras, Administração e Recursos

Humanos, Planejamento e Desenvolvimento Econômico, e Cultura e Turismo.

Durante os pronunciamentos, Catarina Paladini, secretário de Estado representando o governador José Ivo Sartori, destacou a importância da unidade política para o desenvolvimento do município. O vice-prefeito Valmor Griebeler ressaltou os desafios do primeiro mandato e reforçou o compromisso com o trabalho sério e dedicado da equipe. Já o prefeito Rafael Mallmann comemorou os avanços da cidade, como o crescimento do PIB e do ICMS, e destacou que os salários dos servidores foram pagos em dia, inclusive o 13º, mantendo ainda uma reserva financeira.

A solenidade terminou com uma bênção ecumênica do Padre Gabriel Bagatini e do Pastor Milton Schmidt, que desejaram um mandato de sucesso para todos os empossados.

No dia seguinte, 2 de janeiro, a Câmara de Vereadores, sob a presidência de Ernani Luis de Castro, realizou a primeira sessão do ano. Três vereadores assumiram em substituição aos colegas que passaram para funções no Executivo: Chicó Lehnen (PSDB), Gilberto Fensterseifer (PTB) e Nelson Tillwitz (PMDB). A sessão contou com a participação ativa da comunidade e pronunciamentos de agradecimento dos parlamentares aos eleitores e familiares. A próxima sessão estava marcada para 9 de janeiro de 2017.

Esse período marca o início de um novo ciclo na política de Estrela, mostrando como a participação da comunidade e a organização das instituições municipais são fundamentais para o desenvolvimento da cidade.

32ª Legislatura da Câmara de Vereadores de Estrela (2021–2024)

No dia 1º de janeiro de 2021, a cidade de Estrela, no Vale do Taquari, deu início a um novo ciclo político com a posse dos vereadores eleitos, do prefeito Elmar Schneider e do vice-prefeito



João Carlos Schäfer, para o mandato 2021–2024. A solenidade reuniu autoridades, familiares e a comunidade, marcando o começo da 32ª Legislatura do Legislativo estrelense.

A nova Câmara passou a contar com treze vereadores, representando diferentes partidos, garantindo pluralidade e diversidade de opiniões. Tomaram posse Adriano Scheeren, Cristiano Nogueira da Rosa, Douglas Daroit, Ernani de Castro, Felipe Schossler, Humberto Canigia Rerig, Luís Fernando Kalsing, Márcio Mallmann, Tiago Lehnem, Tiani Ruschel Cagliari, Valderês Oliveira da Rosa e Volnei Zancanaro.

A Mesa Diretora, responsável por conduzir os trabalhos da Câmara, foi eleita na mesma ocasião, ficando composta pelo presidente Ernani Luis de Castro, pelo vice-presidente Márcio Mallmann e pelo secretário Luís Fernando Kalsing. Com essa equipe à frente, a Câmara passou a organizar suas sessões e a coordenar as votações, garantindo o funcionamento eficiente do Legislativo.

A primeira sessão ordinária do ano, realizada no dia 4 de janeiro, já teve decisões importantes. Os vereadores aprovaram, por unanimidade, diversos projetos relacionados à Reforma Administrativa do município. Entre eles, destacam-se o Projeto de Lei que define a Estrutura Administrativa Básica dos serviços municipais, as alterações no Plano Plurianual (PPA), as Diretrizes Orçamentárias para 2021, a Lei Orçamentária Anual e modificações no Quadro de Cargos em Comissão e Funções de Confiança do município. Todos esses projetos foram votados em bloco, refletindo a preocupação dos parlamentares em organizar a administração municipal de forma eficiente e transparente.

Em função da pandemia de Covid-19, a Câmara adotou medidas de prevenção durante as sessões, incluindo restrições de acesso ao público e adequações no funcionamento interno, seguindo os protocolos de segurança definidos para a região. As sessões ocorrem no Plenário Bento Rodrigues da Rosa, no Centro da cidade.

A 32ª Legislatura da Câmara de Vereadores de Estrela representou um período de continuidade e diálogo entre Executivo e Legislativo, com foco no desenvolvimento da cidade e na melhoria da qualidade de vida da população. Com vereadores comprometidos e uma Mesa Diretora atuante, os anos seguintes foram marcados por decisões que atenderam às necessidades dos cidadãos, promoveram a transparência e fortaleceram a participação democrática em Estrela.



33ª Legislatura da Câmara de Vereadores de Estrela (2025–2028)

As eleições municipais de 2024 marcaram um momento significativo na história política de Estrela, especialmente no que dizia respeito à composição da Câmara de Vereadores para a legislatura iniciada em 2025. O processo eleitoral trouxe mudanças importantes, evidenciando a renovação de lideranças e novos desafios para o Legislativo municipal.

Um dos aspectos mais marcantes do pleito foi a expressiva renovação das cadeiras. Dos treze vereadores que compunham a Câmara, sete passaram a ser novos representantes, o que demonstrou uma mudança considerável no perfil do Legislativo estrelense. Ao mesmo tempo, seis parlamentares conseguiram se manter no cargo, garantindo certa continuidade administrativa e política.



Os vereadores eleitos para a legislatura de 2025 foram: Daniel da Silva (MDB), Darlã Bellini (PSDB), Doga Daroit (MDB), Eder Folmann (PP), Elio Kunzler (MDB), Júlio César Schorr (União Brasil), Ernani de Castro (MDB), Luis Kalsing (PL), Magdiel Turatti (PSD), Volnei Zancanaro (PP), Valderês Maranhinho (PSD), Silas Alves (Podemos) e Humberto Canigia Rerig (PL). Juntos, esses parlamentares assumiram a responsabilidade de representar os interesses da comunidade estrelense.

Como suplentes das respectivas legendas ficaram: pelo MDB, Tiane Ruschel Cagliari, Avalicio José Wille e Julio Saldanha Pereira; pelo PSD, Tiago Augusto Lehn e Sabrina Scheer dos Santos; pelo PP, Guilherme da Rocha Grave e Pedro Antônio Barth; pelo União Brasil, Paulo Gustavo Sehn; pelo PL, Adriano Scheeren e Felipe Alexandre Klein Diehl; pelo PSDB, Gerson Adriano da Silva; e pelo Podemos, Fabiano Hauschild.

Entre os destaques da eleição, observou-se o reconhecimento popular de alguns vereadores e a chegada de novos nomes com forte atuação comunitária, inclusive no interior do município, ampliando a representatividade das diferentes regiões de Estrela dentro da Câmara.

A legislatura de 2025 também teve início com a definição da mesa diretora, responsável por conduzir os trabalhos legislativos. Ernani de Castro (MDB) foi reconduzido à presidência da Câmara, tendo como vice-presidente Magdiel Turatti (PSD) e como secretário Doga Daroit (MDB). A experiência desses parlamentares foi considerada importante para garantir a organização e o bom funcionamento do Legislativo. Em 03 de julho de 2025 o vereador Daniel da Silva assumiu a presidência do Legislativo.

Além das questões políticas, a nova legislatura começou enfrentando desafios estruturais. O prédio da Câmara havia sido afetado pelas cheias, o que exigiu adaptações temporárias para a realização das sessões. Havia a expectativa de retomada dos encontros presenciais, respeitando dias e horários definidos pelo

regimento interno, reforçando a importância do espaço legislativo como local de debate público e participação da comunidade.

Dessa forma, a Câmara de Vereadores de Estrela iniciou um novo ciclo, marcado pela renovação, pela diversidade de ideias e pelos desafios tanto políticos quanto estruturais. Coube aos vereadores eleitos representar os interesses da população, promover o diálogo e buscar soluções para as demandas do município, fortalecendo a democracia local e contribuindo para o desenvolvimento da cidade.

O Poder Executivo do município de Estrela iniciou um novo ciclo administrativo em 1º de janeiro de 2025, com a posse da prefeita Carine Isabel Schwingel e do vice-prefeito Márcio Mallmann.

Eleita nas eleições municipais de 2024, Carine Schwingel passou a integrar a história política do município ao tornar-se a primeira mulher a assumir o cargo de prefeita de Estrela. A eleição representou um marco na trajetória administrativa da cidade e simbolizou também o avanço da participação feminina nos espaços de liderança pública.

CAPÍTULO XII

GALERIA DOS PRESIDENTES

A organização do Poder Legislativo em Estrela, ao longo de sua história, evidencia a solidez das instituições e o compromisso de lideranças que, em diferentes períodos, assumiram a responsabilidade de conduzir os trabalhos da Câmara de Vereadores. Desde o século XIX, percebe-se uma sequência de **presidentes** que, com dedicação e espírito público, contribuíram para o fortalecimento da vida política e administrativa do município.

Presidentes do Legislativo no Século XIX

Nesse período inicial, os trabalhos da Câmara de Vereadores foram conduzidos por lideranças pioneiras, que desempenharam papel fundamental na estruturação da administração pública e na representação dos interesses da comunidade local.

A 1ª Legislatura (1882–1883) teve como presidente Tristão Gomes da Rosa, responsável por conduzir os primeiros momentos do Legislativo estrelense, em uma fase marcada pela organização inicial das atividades políticas e administrativas.

Na 2ª Legislatura (1883–1887), a presidência foi exercida por Henrique Teodoro Rohenkohl durante todo o período, garantindo continuidade aos trabalhos e contribuindo para a consolidação das práticas legislativas. Já na 3ª Legislatura (1887–1890), o mesmo Henrique Teodoro Rohenkohl permaneceu na presidência nos dois primeiros anos (1887–1888), sendo sucedido por Patrício Antônio Rodrigues, que conduziu os trabalhos entre 1889 e 1890.

Após um intervalo institucional, a 4ª Legislatura (1891–1896) marcou a retomada das atividades legislativas, com Júlio May na



presidência entre 1891 e 1895, seguido por Miguel Ruschel, que esteve à frente da Câmara no período de 1895 a 1896.

Na 5ª Legislatura (1896–1900), a presidência foi exercida inicialmente por João Ubaldo Nery, entre 1896 e 1898, sendo sucedido por Antônio Soares Izaguirre, que conduziu os trabalhos até o ano de 1900.

Essas primeiras legislaturas revelam a dedicação de homens públicos que, mesmo diante de desafios próprios de um período de formação institucional, contribuíram decisivamente para estabelecer as bases do Poder Legislativo em Estrela.

Presidentes do Legislativo no Século XX

Na 6ª Legislatura (1900–1904), a presidência foi inicialmente exercida por José Buchmann, entre os anos de 1900 e 1902, sendo sucedido por Carlos da Costa Bandeira, que conduziu os trabalhos até 1904.

Na 7ª Legislatura (1904–1908), Nicolau Müssnich esteve à frente da Câmara durante todo o mandato, garantindo estabilidade à condução dos trabalhos legislativos. O mesmo ocorre na 8ª Legislatura (1908–1912), presidida integralmente por João Ubaldo Nery, e na 9ª Legislatura (1912–1916), sob a governança de Manuel Pereira de Miranda.

Já na 10ª Legislatura (1916–1920), houve alternância na presidência, com Henrique Senger à frente entre 1916 e 1918, seguido por André Marcolino Mallmann, que concluiu o mandato até 1920. Essa dinâmica de revezamento também se fez presente na 11ª Legislatura (1920–1924), quando o próprio André Marcolino Mallmann iniciou como presidente, exercendo a função de outubro de 1920 até junho de 1924, sendo sucedido por Leopoldo Adolfo Marder, que permaneceu até o final do período.

A 12ª Legislatura (1924–1928) teve como presidente Frederico Neuhaus Filho durante todo o mandato, reafirmando a estabilidade observada em períodos anteriores. Na 13ª Legis-

latura (1928–1930), entretanto, o cenário político tornou-se mais dinâmico, com alternâncias entre José Raymundo Ruschel e Alberto Schmitz, refletindo um momento de transição que culminaria com as mudanças políticas nacionais no início da década de 1930.

Após um intervalo institucional, a Câmara foi restabelecida na 14ª Legislatura (1936–1937), com Carlos Baltazar Mallmann na presidência em 1936, seguido por Guilherme Siepman até novembro de 1937, quando novamente houve interrupção das atividades legislativas em razão do contexto político nacional.

A retomada definitiva ocorre na 15ª Legislatura (1947–1951), sob a presidência de Alberto Schmitz, que conduziu integralmente o período. Na legislatura seguinte (1951–1955), Schmitz voltou a exercer a presidência entre 1952 e 1954, sendo sucedido, em 1955, pelo Dr. Ito João Snel.

Na 17ª Legislatura (1956–1959), Aloysio Pedro Knecht presidiu a Câmara durante todo o mandato. Já na 18ª Legislatura (1959–1963), a presidência passou a ser exercida de forma anual, com Ervino Stoll (1960), Werno Kich (1961), Werno Dreyer (1962) e Guilebaldo Ahlert (1963), evidenciando uma nova dinâmica de alternância no comando do Legislativo.

Esse modelo se manteve nas legislaturas seguintes. Na 19ª Legislatura (1963–1969), José Freitas Bello exerceu a presidência em dois períodos (1964–1966 e 1968–1969), intercalado por Gustavo Adolfo Símon, em 1967. Na 20ª Legislatura (1969–1973), José de Freitas Bello iniciou o mandato, sendo sucedido por Günther Ricardo Wagner, que permaneceu até 1973.

Na 21ª Legislatura (1973–1977), Orlando Schäffer presidiu nos dois primeiros anos, seguido por José Walmor Fernandes, que conduziu os dois anos finais. Na 22ª Legislatura (1977–1983), a presidência foi exercida por Reinaldo Silvestre Mallmann (1977–1978), José Walmor Fernandes (1979–1980) e José Adão Braun (1981–1983).

A 23ª Legislatura (1983–1988) manteve essa alternância, com Renato José Wagner (1983–1984 e 1987–1988) e o Dr.



Francisco Paulo de Oliveira (1985–1986). Na 24ª Legislatura (1989–1992), a presidência foi exercida de forma anual por Írio Brune (1989), Dr. Francisco Paulo de Oliveira (1990), Paulo Roberto Berti (1991) e Ênio Adolfo Lautert (1992).

O mesmo formato seguiu na 25ª Legislatura (1993–1996), com Pedro Antônio Barth (1993), Nardi Afonso da Silva (1994), Carli Reinaldo Rücker (1995) e José Inácio Birck (1996). Já na 26ª Legislatura (1997–2000), Ademar Dadall presidiu em dois momentos (1997 e 1999), intercalado por Jaci Inácio Hauschild (1998) e Gilberto Fensterseifer (2000).

Presidentes do Legislativo no Século XXI

No século XXI, a Câmara de Vereadores de Estrela mantém viva a tradição democrática construída ao longo de sua história, adaptando-se às novas demandas da sociedade e fortalecendo seu papel como espaço de participação popular, diálogo e construção coletiva. A alternância na presidência do Legislativo, especialmente com mandatos anuais, evidencia a pluralidade de lideranças e o compromisso com a participação democrática.

A 27ª Legislatura (2001–2004) foi marcada pela condução dos trabalhos por Paulo Floriano Scheeren (2001), Joel Barcelos Mallmann (2002), Jaci Hauschild (2003) e Ademar Dadall (2004), refletindo a diversidade de lideranças à frente do Legislativo municipal.

Na 28ª Legislatura (2005–2008), a presidência voltou a ser exercida por Paulo Floriano Scheeren em dois momentos (2005 e 2007), intercalado por Valmor José Griebeler (2006) e Ademar Dadall (2008), demonstrando a continuidade de lideranças experientes no comando da Casa.

A 29ª Legislatura (2009–2012) contou com José Itamar Alves (2009), Marco Aurélio Wermann (2010) e Juarez Fülber, que presidiu nos anos de 2011 e 2012, assegurando estabilidade na condução dos trabalhos legislativos nesse período.

Na 30ª Legislatura (2013–2016), a presidência foi exercida por José Itamar Alves (2013), Marcelo Braun (2014), Ernani Luis de Castro (2015) e Adriano Scheeren (2016), mantendo o sistema de alternância anual.

Já na 31ª Legislatura (2017–2020), Ernani Luis de Castro presidiu em 2017, seguido por Marco Aurélio Wermann (2018). Em 2019, a presidência foi compartilhada por Élio Jair Kunzler e Felipe Schossler, e, em 2020, João Braun esteve à frente da Câmara.

A 32ª Legislatura (2021–2024) reafirma o protagonismo de Ernani Luis de Castro, que presidiu em 2021 e novamente em 2024, intercalado por Márcio Mallmann (2022) e Felipe Schossler (2023), demonstrando a confiança reiterada em sua liderança.

Na atual 33ª Legislatura, iniciada em 2025, a presidência foi exercida conjuntamente por Ernani Luis de Castro e Daniel da Silva, evidenciando uma gestão compartilhada, sendo que, em 2026, Daniel da Silva assume a condução dos trabalhos legislativos.

Ao longo do século XXI, a Câmara de Vereadores de Estrela reafirma seu compromisso com a democracia, a transparência e a representatividade. A atuação de seus presidentes, em constante diálogo com a comunidade, contribui para o desenvolvimento do município e para o fortalecimento das instituições públicas, mantendo viva a essência da Casa do Povo.

A composição da Câmara de Vereadores nos 150 anos de Estrela

Ao longo de seus 150 anos de história, o município de Estrela construiu uma trajetória marcada pelo desenvolvimento, pela participação comunitária e pelo fortalecimento das instituições públicas. Nesse contexto, a Câmara de Vereadores teve papel fundamental, sendo o espaço onde se debatem ideias, se constroem leis e se representam os interesses da população.

Desde sua origem, ainda no século XIX, o Legislativo estrelense passou por diversas transformações. Mudaram-se os tem-



pos, as demandas da sociedade e também o perfil dos representantes eleitos. No entanto, manteve-se constante a missão de legislar, fiscalizar e atuar em favor do bem comum.

Ao longo dessas décadas, a composição da Câmara refletiu a pluralidade política do município. Diferentes partidos, pensamentos e lideranças ocuparam as cadeiras do Legislativo, contribuindo para a construção de políticas públicas e para o crescimento da cidade. Em cada legislatura, a presença de vereadores com diferentes origens — do meio urbano e rural, do comércio, da indústria e das comunidades — garantiu uma representação diversificada da sociedade estrelense.

Na atual configuração, observa-se, mais uma vez, a diversidade de perfis que compõem o Poder Legislativo, evidenciando o caráter democrático do processo eleitoral. A Câmara de Vereadores de Estrela reúne representantes com diferentes trajetórias, entre eles Daniel da Silva, Magdiel Turatti, Douglas Ângelo Daroit, Darlã Bellini, Éder Follmann, Elio Jair Kunzler, Fabiano Hauschild, Felipe Diehl, Júlio Cesar Schorr, Luis Fernando Kalsing, Tiane Ruschel Cagliari, Valderes Oliveira da Rosa e Volnei Leandro Zancanaro, todos com a responsabilidade de representar a comunidade estrelense.

Cabe destacar que os vereadores titulares eleitos Silas Alves, Humberto Canigia Rerig e Ernani Luis de Castro passaram a integrar o Executivo municipal, assumindo secretarias, o que possibilitou a convocação de seus suplentes para atuação no Legislativo.

Ao lado dos vereadores, destaca-se também o trabalho essencial dos servidores da Câmara, que dão sustentação às atividades legislativas e administrativas. Entre eles, estão: Tatiana Pereira de Oliveira – Supervisão; Alan Henrique Bohn – Assessoria Jurídica; Cristine Arenhart Fell Chemin – Contadoria, Luana Borba dos Santos – Técnica Legislativa; Rafael dos Santos Maia – Assessoria Parlamentar; Sabrina Luiza da Silva – Assessoria Administrativa; Elisângela Origuella – Assessoria de Comunicação. — todos contribuindo diariamente para o bom funcionamento do Poder Legis-

lativo. A assessoria jurídica, por sua vez, é exercida pelo competente Dr. Rafael dos Santos Maia.

Essa composição constata a renovação e a continuidade que marcam a história da Câmara. Ao lado de nomes experientes, surgem novas lideranças, trazendo ideias, perspectivas e propostas que dialogam com as necessidades atuais da população.

Ao longo dos 150 anos, a Câmara de Vereadores acompanhou momentos importantes da história de Estrela, como períodos de crescimento econômico, desafios sociais e até situações de crise, como as enchentes que impactaram o município. Em todos esses momentos, o Legislativo esteve presente, debatendo soluções e buscando caminhos para atender à comunidade.

Assim, a composição da Câmara, em cada época, representa um retrato do próprio município: suas transformações, suas lutas e suas conquistas. Celebrar os 150 anos de Estrela é também reconhecer o papel desempenhado pelos vereadores ao longo do tempo, homens e mulheres que, com suas diferenças e ideias, contribuíram para construir a história e o futuro da cidade.

Dessa forma, a Câmara de Vereadores segue como um dos pilares da democracia local, mantendo viva a participação popular e o compromisso com o desenvolvimento de Estrela.

Conclusão

Ao percorrer as páginas deste livro, é possível compreender que a Câmara de Vereadores de Estrela, legitimamente conhecida como **A Casa do Povo**, é muito mais do que um espaço institucional. Trata-se de um lugar onde a história do município foi construída diariamente, por meio do diálogo, das decisões e do compromisso com a comunidade.

Cada legislatura, ao longo do tempo, deixou sua marca. Nesse sentido, é fundamental reconhecer e valorizar todos os vereadores — do passado e do presente — que, com dedicação, responsabilidade e espírito público, contribuíram para a construção e o desenvolvimento de Estrela. Suas ações, debates e



decisões ajudaram a moldar os caminhos do município, sempre com o propósito de atender aos interesses da população.

Este trabalho só foi possível graças à colaboração de muitas pessoas. De forma especial, registra-se o agradecimento ao presidente da Câmara, **Daniel da Silva**, pelo apoio e incentivo à realização desta obra. Sua valorização da história e da transparência pública foi fundamental para que este projeto se tornasse realidade.

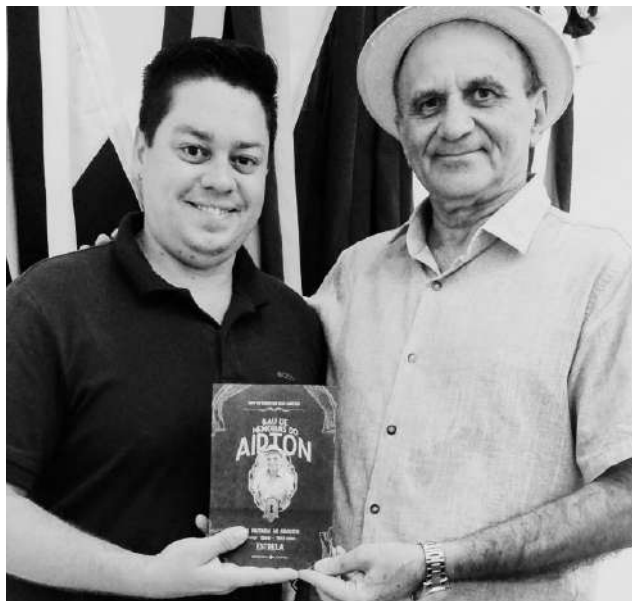
Da mesma forma, é imprescindível reconhecer o empenho dos servidores do Poder Legislativo, que foram incansáveis na busca por informações, documentos e registros no arquivo da Casa. Com dedicação e responsabilidade, contribuíram significativamente para a construção deste livro, demonstrando o quanto o trabalho coletivo é essencial para preservar a história institucional.

Que esta obra sirva como fonte de conhecimento, reflexão e inspiração para as futuras gerações. Que ela reforce o valor da participação cidadã e o papel do Legislativo como instrumento de representação e transformação social.

Assim, a história da Câmara de Vereadores de Estrela permanece viva — no cotidiano de cada cidadão que acredita na força da democracia e no poder de construir, juntos, um futuro melhor.

Airton Engster dos Santos

Escritor e Pesquisador da História Local



Presidente Daniel da Silva e o escritor Airton Engster dos Santos, unidos pela valorização da história e da memória de Estrela, em um momento que simboliza o compromisso com a cultura e o legado do município.

Sobre o Autor: Airton Engster dos Santos

Airton Engster dos Santos nasceu em 15 de dezembro de 1961, em Estrela, no Vale do Taquari, filho de Norberto dos Santos e Selmita Engster dos Santos. É casado com Adir Lina Biberg e pai de Igor Roberto, Sofia Ilda e Alessandra Tutty.

Pesquisador da história local, escritor e servidor público municipal, Airton dedicou grande parte de sua trajetória à preservação da memória histórica, cultural e social de Estrela.



Pesquisa Histórica e Cultura

Fundador, organizador e curador do Memorial Werner Schinke de Estrela, espaço cultural inaugurado em 2021 no histórico Castelinho, dedicado à preservação da memória, da cultura e da identidade histórica do município.

Colaborador do Jornal Nova Geração desde 2018, autor da coluna “Baú de Memórias do Airton”, dedicada ao resgate da história, das tradições e das personalidades de Estrela.

Membro do Instituto Histórico e Geográfico do Vale do Taquari (IHGVT), participando de atividades de pesquisa e preservação da memória regional.

Obras Publicadas e Organizadas

Estrela, Memória, Terra e Sua Gente (2019) reúne estudos e narrativas que valorizam a história, a cultura e os personagens que marcaram a trajetória de Estrela, em obra organizada por Airton Engster dos Santos em parceria com Cristhofer Pereira da Silva.

A Saga da Vó Miti Engster – História e Memória (2025) resgata a trajetória de vida, fé e família de Miti Engster, preservando lembranças que se entrelaçam com a história das comunidades de Estrela e do Vale do Taquari, valorizando a memória das gerações que ajudaram a construir a região.

Legado das Águas – Memória e Reflexão (2025), organizado em parceria com Lélia Bergesch Barth e Gladis Schneider, apresenta um resgate histórico e reúne 33 relatos sobre as enchentes do Rio Taquari ocorridas em 2023 e 2024.

Legado das Águas 2 – Resiliência e Reconstrução (2026), organizado em parceria com Lélia Bergesch Barth e Gladis Schneider, com a participação de 74 coautores, registra experiências e testemunhos das comunidades atingidas pelas enchentes em Estrela, no Vale do Taquari.

Estrela em Rostos e Histórias – Personalidades dos 150 Anos (2025) reúne trajetórias de homens e mulheres que mar-

caram a vida comunitária de Estrela, destacando suas contribuições para a história local, em obra organizada por Airton Engster dos Santos em parceria com Joel da Silva.

Baú de Memórias do Airton – Da Fazenda ao Girassol de Estrela (1800–1961) resgata, com sensibilidade histórica, a formação das primeiras comunidades e a evolução social de Estrela.

Baú de Memórias do Airton – 150 Anos de Estrela (1876–2026) apresenta uma narrativa sensível sobre a trajetória histórica e cultural de Estrela, reunindo memórias, personagens e acontecimentos que marcaram a formação da comunidade.

Em 2026, lança a presente obra: **Câmara de Vereadores de Estrela – A Casa do Povo**, consolidando sua pesquisa sobre as lideranças e a formação da identidade regional.

Comunicação e Imprensa

Apresentador do programa O Companheiro na Rádio Alto Taquari (1990–1998).

Apresentador dos programas Studio News e Redação Studio na Rádio Studio FM (2010–2019), abordando temas históricos, culturais e informativos.

Colunista e colaborador do Jornal Folha de Estrela entre 1999 e 2018.

Atuação Comunitária e Social

Presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias e Cooperativas da Alimentação de Estrela, Teutônia e Bom Retiro do Sul (STICA), por três mandatos consecutivos (1989–1998).

Diretor da Federação dos Trabalhadores da Alimentação do Rio Grande do Sul (FTIA/RS), atuando no Conselho Fiscal por três mandatos consecutivos (1989–1998) e como Secretário da Saúde (1998–2000),

Membro fundador da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Alimentação (CONTAC), com sede em São Paulo (SP).

Coordenador nacional do setor de bebidas da CONTAC



(1997–2000).

Membro fundador do Conselho de Desenvolvimento do Vale do Taquari (CODEVAT).

Presidente da Associação de Moradores do Centro de Estrela – Amor Centro (2022–2024).

Meio Ambiente

Voluntário da Associação Estrelense de Proteção ao Ambiente Natural (AEPAN-ONG) entre 1992 e 2025, atuando em projetos de preservação ambiental e monitoramento das águas do Rio Taquari.

Membro fundador da Operação Viva o Taquari Vivo (2007), iniciativa voltada à conscientização e à preservação do rio, realizada em parceria entre a AEPAN-ONG e a Associação Comercial e Industrial de Lajeado (ACIL).

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Atuação em Pesquisa e Estatística – IBGE: agente de Mapeamento e Pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) entre 2005 e 2006, atuando no levantamento territorial e na coleta de dados para o planejamento urbano e políticas públicas. Foi membro da Comissão Censitária Municipal de Estrela em 2007 e da Comissão Municipal de Geografia e Estatística no Censo Demográfico de 2010, contribuindo na organização, coordenação local e apoio técnico às equipes de campo.

Serviço Público

Servidor público concursado da Prefeitura de Estrela desde 2009, atuando em diferentes funções, entre elas a coordenação da vigilância patrimonial e a fundação e a curadoria do Memorial Werner Schinke de Estrela (2021-2024).

Presidente da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) da Prefeitura em diferentes gestões.

Reconhecimentos

Certificado pelos Excelentes Serviços Prestados ao Município de Estrela (2024), entregue pela administração municipal em reconhecimento à contribuição ao serviço público e à criação do Memorial Werner Schinke.

Troféu Destaques do Ano – Revista Vitriini (2021), pelo trabalho como escritor, pesquisador da história local e jornalista.

Troféu “Você Ajudou Estrela a Crescer!”, concedido pela administração municipal (2013-2020) pela atuação na área de segurança patrimonial.

Troféu Phodium (1997), recebido como presidente destaque no Sindicato dos Trabalhadores da Alimentação.

Troféu Destaque de Estrela (1990), concedido pela colunista Eunice Ramos.

“Sua obra é marcada pelo compromisso de transformar a memória oral e documental em patrimônio acessível, garantindo que as futuras gerações de Estrela e do Vale do Taquari reconheçam suas próprias raízes.”

FIM



REFERÊNCIAS

- JORNAL NOVA GERAÇÃO DE ESTRELA. *Edições de 1966 a 2026*. Estrela: 1966–2026.
- JORNAL FOLHA DE ESTRELA. *Edições de 1999 a 2019*. Estrela: 1999–2019.
- RATH, Rudolfo Maria. *Perfis de Estrela I (1940-1947)*. Organização de Werner Schinke. Lajeado: Editora Univates, 2012.
- RATH, Rudolfo Maria. *Perfis de Estrela II (1948-1967)*. Organização de Werner Schinke. Lajeado: Editora Univates, 2018.
- ESTRELA (RS). *Relatórios, leis do orçamento, decretos e atos da Intendência e/ou Prefeitura Municipal de Estrela (1899-1960)*. Estrela: Prefeitura Municipal, 1899–1960.
- HEssel, Lothar. *O Município de Estrela: história e crônica*. Porto Alegre: UFRGS; Martins Livreiro-Editor, 1983.
- SCHIERHOLT, José Alfredo. *Estrela ontem e hoje*. Estrela: 2002.
- SANTOS, Airon Engster dos; SILVA, Cristhofer Pereira da. *Estrela, memória, terra e sua gente*. Academia Apostólica, 2019.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Enciclopédia dos municípios brasileiros*. Volume XXXIII. Rio de Janeiro: IBGE, 1959.
- RIO GRANDE DO SUL (Província). *Coleção das leis e resoluções da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: 2ª sessão da 19ª legislatura – 1882*. Porto Alegre: 1882.
- ESTRELA (RS). *Lei Orgânica do Município de Estrela*. Estrela: Prefeitura Municipal, 1948, 1968, 1990.
- ESTRELA (RS). *Código de posturas municipais*. Estrela: Prefeitura Municipal, 1953, 1968, 1994, 2021.
- BECKER, Klaus. *Enciclopédia rio-grandense*. Porto Alegre: Ed. Regional Ltda., 1956.
- TOTH, Eugênio; DINIZ, Achylles Guerra. *Álbum comemorativo do cinquentenário do Município de Estrela – Rio Grande do Sul – Brasil*. Estrela: 1926.
- TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL (TRE-RS). *Documentos e registros eleitorais*. Porto Alegre: TRE-RS, 2026.



Airtton Engster dos Santos é o autor da obra *Câmara de Vereadores de Estrela – A Casa do Povo*, que nasce como um tributo à história viva do Legislativo estrelense, desde suas origens em 1882 até a celebração dos 150 anos do município. Ao longo dessas páginas, destacam-se homens e mulheres que, com coragem e compromisso, assumiram a missão de representar o povo, construindo decisões, leis e caminhos que moldaram a identidade de Estrela.

Este trabalho só se tornou possível graças ao apoio e à confiança do presidente do Legislativo, Daniel da Silva, bem como de todos os vereadores que acreditaram na importância de preservar e valorizar essa trajetória. A cada legislatura, a cada mandato, reafirma-se o papel essencial da Câmara como espaço democrático, onde a voz da comunidade ganha forma na construção de uma cidade melhor.

Esta obra apresenta os pilares que sustentam o desenvolvimento de Estrela: as presidências que conduziram o Legislativo, a Lei Orgânica, o Código de Posturas e o Plano Diretor — instrumentos fundamentais que organizaram o crescimento e garantiram o ordenamento do município ao longo das décadas.

Ao revisitar esses marcos, o leitor é convidado a compreender como a atuação do Poder Legislativo foi decisiva na construção da Estrela que hoje conhecemos. Trata-se de um reconhecimento à dedicação de todos aqueles que, com responsabilidade pública e espírito comunitário, ajudaram a edificar uma cidade sólida, guiada pelo respeito, pela democracia e pelo compromisso com o bem comum.



Ao longo de sua história, a Câmara de Vereadores de Estrela consolidou-se como a verdadeira Casa do Povo — espaço de diálogo, decisões e construção coletiva do futuro.

Esta obra resgata memórias, registra trajetórias e valoriza homens e mulheres que, com compromisso público, contribuíram para o desenvolvimento do município.

Mais do que um registro histórico, este livro é um reconhecimento à importância do Poder Legislativo na vida da comunidade estrelense, destacando seu papel essencial na defesa da democracia, da cidadania e do bem comum.

Celebrando os 150 anos de Estrela, reafirma-se aqui o valor da união, da participação popular e da responsabilidade pública na construção de uma cidade cada vez melhor para todos.



Câmara de Vereadores de Estrela

O Poder Unido é Mais Forte

